

Segurança Pública, Sociedade, Direitos e Cidadania



Introdução à Segurança Pública, Sociedade, Direitos e Cidadania

Segurança Pública

A segurança pública é o estado de normalidade que permite o usufruto de direitos e o cumprimento de deveres, constituindo sua alteração ilegítima uma violação de direitos básicos, geralmente acompanhada de violência, que produz eventos de insegurança e criminalidade. É um processo, ou seja, uma sequência contínua de fatos ou operações que apresentam certa unidade ou que se reproduzem com certa regularidade, que compartilha uma visão focada em componentes preventivos, repressivos, judiciais, saúde e sociais. É um processo sistêmico, pela necessidade da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais que devem interagir a mesma visão, compromissos e objetivos. Deve ser também otimizado, pois dependem de decisões rápidas, medidas saneadoras e resultados imediatos. Sendo a ordem pública um estado de serenidade, apaziguamento e tranquilidade pública, em consonância com as leis, os preceitos e os costumes que regulam a convivência em sociedade, a preservação deste direito do cidadão só será amplo se o conceito de segurança pública for aplicado.

A segurança pública não pode ser tratada apenas como medidas de vigilância e repressiva, mas como um sistema integrado e otimizado envolvendo instrumento de prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e social. O processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda na reparação do dano, no tratamento das causas e na reinclusão na sociedade do autor do ilícito.

Sociedade

As sociedades também podem ser organizadas de acordo com a sua estrutura política. A fim de crescer em tamanho e complexidade, existem sociedades de bandos, tribos, chefias, e sociedades estatais. Estas estruturas podem ter diferentes graus de poder político, dependendo dos ambientes cultural, geográfico e histórico nos quais essas sociedades estão inseridas. Assim, uma sociedade mais isolada com o mesmo nível de tecnologia e cultura que as outras sociedades tem mais probabilidade de sobreviver do que uma em estreita proximidade com outras sociedades que possam interferir em seus recursos. Uma sociedade que é incapaz de oferecer uma resposta eficaz para outras sociedades que concorram com ela normalmente é subsumida pela cultura da sociedade concorrente.

Cidadania

Cidadania é a prática dos direitos e deveres de um(a) indivíduo (pessoa) em um Estado.^[1] Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão. Conjunto de direitos, meios, recursos e práticas que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

Um cidadão é uma pessoa que se considera em uma fase madura o suficiente desenvolvido para agir consciente e responsável dentro da sociedade.

Ética e Cidadania

Ética e cidadania são dois conceitos fulcrais na sociedade humana. A ética e cidadania estão relacionados com as atitudes dos indivíduos e a forma como estes interagem uns com os outros na sociedade.

Ética é o nome dado ao ramo da filosofia dedicado aos assuntos morais. A palavra ética é derivada do grego, e significa aquilo que pertence ao caráter. A palavra “ética” vem do Grego “ethos” que significa “modo de ser” ou “caráter”.

Cidadania significa o conjunto de direitos e deveres pelo qual o cidadão, o indivíduo está sujeito no seu relacionamento com a sociedade em que vive. O termo cidadania vem do latim, civitas que quer dizer “cidade”.

Um dos pressupostos da cidadania é a nacionalidade, pois desta forma ele pode cumprir os seus direitos políticos. No Brasil os direitos políticos são orquestrados pela Constituição Federal. O conceito de cidadania tem se tornado mais amplo com o passar do tempo, porque está sempre em construção, já que cada vez mais a cidadania diz respeito a um conjunto de parâmetros sociais.

A cidadania pode ser dividida em duas categorias: cidadania formal e substantiva. A cidadania formal é referente à nacionalidade de um indivíduo e ao fato de pertencer a uma determinada nação. A cidadania substantiva é de um caráter mais amplo, estando relacionada com direitos sociais, políticos e civis. O sociólogo britânico T.H. Marshall afirmou que a cidadania só é plena se for dotada de direito civil, político e social.

Com o passar dos anos, a cidadania no Brasil sofreu uma evolução no sentido da conquista dos direitos políticos, sociais e civis. No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer, tendo em conta os milhões que vivem em situação

de pobreza extrema, a taxa de desemprego, um baixo nível de alfabetização e a violência vivida na sociedade.

A ética e a moral têm uma grande influência na cidadania, pois dizem respeito à conduta do ser humano. Um país com fortes bases éticas e morais apresenta uma forte cidadania.

Ética, geralmente, é um valor social que identifica, qualifica e guia princípios universais e crenças e ações humanas. A palavra "ética" vem do grego ethos e significa aquilo que pertence ao "bom costume", "costume superior", "portador de caráter" ou "modo de ser". Trata-se de uma disciplina da filosofia que estuda a conduta humana.

Na filosofia clássica, a ética não se resumia à moral (entendida como "costume", ou "hábito", do latim mos, mores), mas buscava a fundamentação teórica para encontrar o melhor modo de viver e conviver, isto é, a busca do melhor estilo de vida, tanto na vida privada quanto em público. A ética incluía a maioria dos campos de conhecimento que não eram abrangidos na física, metafísica, estética, na lógica, na dialética e nem na retórica. Assim, a ética abrangia os campos que atualmente são denominados antropologia, psicologia, sociologia, economia, pedagogia, às vezes política, e até mesmo educação física e dietética, em suma, campos direta ou indiretamente ligados ao que influi na maneira de viver ou estilo de vida. Um exemplo desta visão clássica da ética pode ser encontrado na obra *Ética*, de Spinoza. Os filósofos tendem a dividir teorias éticas em três áreas: metaética, ética normativa e ética aplicada.

Porém, com a crescente profissionalização e especialização do conhecimento que se seguiu à revolução industrial, a maioria dos campos que eram objeto de estudo da filosofia, particularmente da ética, foram estabelecidos como disciplinas científicas independentes. Assim, é comum que atualmente a ética seja definida como "a área da filosofia que se ocupa do estudo das normas morais nas sociedades humanas" e busca explicar e justificar os costumes de um determinado agrupamento humano, bem como fornecer subsídios para a solução de seus dilemas mais comuns. Neste sentido, ética pode ser definida como a ciência que estuda a conduta humana e a moral é a qualidade desta conduta, quando julga-se do ponto de vista do Bem e do Mal.

Ética, como um conceito, diferencia-se da moral pois, enquanto esta se fundamenta na obediência a costumes e hábitos recebidos, a ética, ao contrário, busca fundamentar as ações morais exclusivamente pela razão. A ética também não deve ser confundida com a lei, embora com certa frequência a lei tenha como base princípios éticos. Ao contrário do que ocorre com a lei, nenhum indivíduo pode ser compelido, pelo Estado ou por outros indivíduos, a cumprir as normas éticas, nem sofrer qualquer sanção pela desobediência a

estas; por outro lado, a lei pode ser omissa quanto a questões abrangidas no escopo da ética.

O estudo da ética dentro da filosofia, pode-se dividir em sub-ramos, após o advento da filosofia analítica no século XX, em contraste com a filosofia continental ou com a tradição filosófica. Estas subdivisões são:

Meta ética, sobre a teoria da significação e da referência dos termos e proposições morais e como seus valores de verdade podem ser determinados

Ética normativa, sobre os meios práticos de se determinar as ações morais

Ética aplicada, sobre como a moral é aplicada em situações específicas

Ética descriptiva, também conhecida como ética comparativa, é o estudo das visões, descrições e crenças que se tem acerca da moral

Ética Moral, trata-se de uma reflexão sobre o valor das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo como no âmbito individual.

Termo

Em seu sentido mais abrangente, o termo "ética" implicaria um exame dos hábitos da espécie humana e do seu caráter em geral, e envolveria até mesmo uma descrição ou história dos hábitos humanos em sociedades específicas e em diferentes épocas. Um campo de estudos assim seria obviamente muito vasto para poder ser investigado por qualquer ciência ou filosofia particular. Além disso, porções desse campo já são ocupadas pela história, pela antropologia e por algumas ciências naturais particulares (como, por exemplo, a fisiologia, a anatomia e a biologia), se considerarmos que o pensamento e a realização artística são hábitos humanos normais e elementos de seu caráter. No entanto, a ética, propriamente dita, restringe-se ao campo particular do caráter e da conduta humana à medida que esses estão relacionados a certos princípios – comumente chamados de "princípios morais". As pessoas geralmente caracterizam a própria conduta e a de outras pessoas empregando adjetivos como "bom", "mau", "certo" e "errado". A ética investiga justamente o significado e escopo desses adjetivos tanto em relação à conduta humana como em seu sentido fundamental e absoluto.

Outras definições

Já houve quem definisse a ética como a "ciência da conduta". Essa definição é imprecisa por várias razões. As ciências são descriptivas ou experimentais, mas uma descrição exaustiva de quais ações ou quais finalidades são ou foram chamadas, no presente e no passado, de "boas" ou "máximas" encontra-se obviamente além das capacidades humanas. E os experimentos em questões

moraes (sem considerar as consequências práticas inconvenientes que provavelmente propiciariam) são inúteis para os propósitos da ética, pois a consciência moral seria instantaneamente chamada para a elaboração do experimento e para fornecer o tema de que trata o experimento. A ética é uma filosofia, não uma ciência. A filosofia é um processo de reflexão sobre os pressupostos subjacentes ao pensamento irrefletido. Na lógica e na metafísica ela investiga, respectivamente, os próprios processos de raciocínio e as concepções de causa, substância, espaço e tempo que a consciência científica ordinária não tematiza nem critica. No campo da ética, a filosofia investiga a consciência moral, que desde sempre pronuncia juízos morais sem hesitação, e reivindica autoridade para submeter a críticas contínuas as instituições e formas de vida social que ela mesma ajudou a criar.

Quando começa a especulação ética, concepções como as de dever, responsabilidade e vontade – tomadas como objetos últimos de aprovação e desaprovação moral – já estão dadas e já se encontram há muito tempo em operação. A filosofia moral, em certo sentido, não acrescenta nada a essas concepções, embora as apresente sob uma luz mais clara. Os problemas da consciência moral, no instante em que essa pela primeira vez se torna reflexiva, não se apresentam, estritamente falando, como problemas filosóficos.

Ela se ocupa dessas questões justamente porque cada indivíduo que deseja agir corretamente é constantemente chamado a responder questões como, por exemplo, "Que ação particular atenderá os critérios de justiça sob tais e tais circunstâncias?" ou "Que grau de ignorância permitirá que esta pessoa particular, nesse caso particular, exima-se de responsabilidade?" A consciência moral tenta obter um conhecimento tão completo quanto possível das circunstâncias em que a ação considerada deverá ser executada, do caráter dos indivíduos que poderão ser afetados, e das consequências (à medida que possam ser previstas) que a ação produzirá, para então, em virtude de sua própria capacidade de discriminação moral, pronunciar um juízo.

O problema recorrente da consciência moral, "O que devo fazer?", é um problema que recebe uma resposta mais clara e definitiva à medida que os indivíduos se tornam mais aptos a aplicar, no curso de suas experiências morais, aqueles princípios da consciência moral que, desde o princípio, já eram aplicados naquelas experiências. Entretanto, há um sentido em que se pode dizer que a filosofia moral tem origem em dificuldades inerentes à natureza da própria moralidade, embora permaneça verdade que as questões que a ética procura responder não são questões com as quais a própria consciência moral jamais tenha se confrontado.

O fato de que os seres humanos dão respostas diferentes a problemas morais que pareçam semelhantes ou mesmo o simples fato de que as pessoas

desconsideram, quando agem imoralmente, os preceitos e princípios implícitos da consciência moral produzirão certamente, cedo ou tarde, o desejo de, por um lado, justificar a ação imoral e pôr em dúvida a autoridade da consciência moral e a validade de seus princípios; ou de, por outro lado, justificar juízos morais particulares, seja por uma análise dos princípios morais envolvidos no juízo e por uma demonstração de sua aceitação universal, seja por alguma tentativa de provar que se chega ao juízo moral particular por um processo de inferência a partir de alguma concepção universal do Supremo Bem ou do Fim Último do qual se podem deduzir todos os deveres ou virtudes particulares.

Pode ser que a crítica da moralidade tenha início com uma argumentação contra as instituições morais e os códigos de ética existentes; tal argumentação pode se originar da atividade espontânea da própria consciência moral. Mas quando essa argumentação torna-se uma tentativa de encontrar um critério universal de moralidade – sendo que essa tentativa começa a ser, com efeito, um esforço de tornar a moralidade uma disciplina científica – e especialmente quando a tentativa é vista, tal como deve ser vista afinal, como fadada ao fracasso (dado que a consciência moral supera todos os padrões de moralidade e realiza-se inteiramente nos juízos particulares), pode-se dizer então que tem início a ética como um processo de reflexão sobre a natureza da consciência moral.

Ética na filosofia pré-socrática

A especulação ética na Grécia não teve início abrupto e absoluto. Os preceitos de conduta, ingênuos e fragmentários – que em todos os lugares são as mais antigas manifestações da nascente reflexão moral –, são um elemento destacado na poesia gnômica dos séculos VII e VI a.C. Sua importância é revelada pela tradicional enumeração dos Sete Sábios do século VI, e sua influência sobre o pensamento ético é atestada pelas referências de Platão e Aristóteles. Mas, desde tais pronunciamentos não-científicos até à filosofia da moral, foi um longo percurso. Na sabedoria prática de Tales, um dos Sete, não se distingue nenhuma teoria da moralidade. No caso de Pitágoras, que se destaca entre os filósofos pré-socráticos por ser o fundador não apenas de uma escola, mas de uma seita ou ordem comprometida com uma regra de vida que obrigava a todos os seus membros, há uma conexão mais estreita entre as especulações moral e metafísica. A doutrina dos pitagóricos de que a essência da justiça (concebida como retribuição equivalente) era um número quadrado indica uma tentativa séria de estender ao reino da conduta sua concepção matemática do universo; e o mesmo se pode dizer de sua classificação do bem ao lado da unidade, da reta e semelhantes e do mal ao lado das qualidades opostas. Ainda assim, o pronunciamento de preceitos morais por Pitágoras parece ter sido dogmático, ou mesmo profético, em vez de filosófico, e ter sido aceito por seus discípulos, numa reverência não-filosófica, como o ipse dixit do mestre. Portanto, qualquer

que tenha sido a influência da mistura pitagórica de noções éticas e matemáticas sobre Platão, e, por meio deste, sobre o pensamento posterior, a escola não é considerada uma precursora de uma investigação socrática que busca uma teoria da conduta completamente racional. O elemento ético do "obscuro" filosofar de Heráclito (c. 530-470 a.C.) – embora antecipasse o estoicismo em sua concepção de uma lei do universo, com a qual o sábio buscará se conformar, e de uma harmonia divina, no reconhecimento da qual encontrará sua satisfação mais verdadeira – é mais profunda, mas ainda menos sistemática. Apenas em Demócrito, um contemporâneo de Sócrates e último dos pensadores originais classificados como pré-socráticos, encontra-se algo que se pode chamar de sistema ético. Os fragmentos que permaneceram dos tratados morais de Demócrito são talvez suficientes para nos convencer de que reviravolta da filosofia grega em direção à conduta, que se deveu de fato a Sócrates, teria ocorrido mesmo sem ele, ainda que de uma forma menos decidida; mas, ao comparar-se a ética democriteana com o sistema pós-socrático com o qual tem mais afinidade – o epicurismo – percebe-se que ela exibe uma apreensão bem rudimentar das condições formais que o ensinamento moral deve atender antes que possa reivindicar o tratamento dedicado às ciências.

A verdade é que nenhum tipo de sistema de ética poderia ter sido construído até que se direcionasse a atenção à vagueza e inconsistência das opiniões morais comuns da humanidade. Para esse propósito, era necessário que um intelecto filosófico de primeira grandeza se concentrasse sobre os problemas da prática. Em Sócrates, encontra-se pela primeira vez a requerida combinação de um interesse proeminente pela conduta com um desejo ardente por conhecimento. Os pensadores pré-socráticos devotaram-se todos principalmente à pesquisa ontológica; mas, pela metade do século V a.C. o conflito entre seus sistemas dogmáticos havia levado algumas das mentes mais afiadas a duvidar da possibilidade de se penetrar no segredo do universo físico. Essa dúvida encontrou expressão no ceticismo arrazoado de Górgias, e produziu a famosa proposição de Protágoras de que a apreensão humana é o único padrão de existência. O mesmo sentimento levou Sócrates a abandonar as antigas investigações físico-metafísicas. Essa desistência foi incentivada, sobretudo, por uma piedade ingênuo que o proibia de procurar coisas cujo conhecimento os deuses pareciam ter reservado apenas para si mesmos. Por outro lado, (exceto em ocasiões de especial dificuldade, nas quais se poderia recorrer a presságios e oráculos) eles haviam deixado à razão humana a regulamentação da ação humana. A essa investigação Sócrates dedicou seus esforços.

Ética sofística

Embora Sócrates tenha sido o primeiro a chegar a uma concepção adequada dos problemas da conduta, a ideia geral não surgiu com ele. A reação natural

contra o dogmatismo metafísico e ético dos antigos pensadores havia alcançado o seu clímax com os sofistas. Górgias e Protágoras são apenas dois representantes do que, na verdade, foi uma tendência universal a abandonar a teorização dogmática e estritamente ontológica e a se refugiar nas questões práticas – especialmente, como era natural na cidade-estado grega, nas relações cívicas do cidadão.

A educação oferecida pelos sofistas não tinha por objetivo nenhuma teoria geral da vida, mas propunha-se ensinar a arte de lidar com os assuntos mundanos e administrar negócios públicos. Em seu encômio às virtudes do cidadão, apontaram o caráter prudencial da justiça como meio de obter prazer e evitar a dor. Na concepção grega de sociedade, a vida do cidadão livre consistia principalmente em suas funções públicas, e, portanto, as declarações pseudoéticas dos sofistas satisfaziam as expectativas da época. Não se considerava a ἀρετή (virtude ou excelência) como uma qualidade única, dotada de valor intrínseco, mas como virtude do cidadão, assim como tocar bem a flauta era a virtude do tocador de flauta. Percebe-se aqui, assim como em outras atividades da época, a determinação de adquirir conhecimento técnico e de aplicá-lo diretamente a assuntos práticos; assim como a música estava sendo enriquecida por novos conhecimentos técnicos, a arquitetura por teorias modernas de planejamento e réguas T (ver Hipódamo), o comando de soldados pelas novas técnicas da "tática" e dos "hoplitas", do mesmo modo a cidadania deve ser analisada como inovação, sistematizada e adaptada conforme exigências modernas. Os sofistas estudaram esses temas superficialmente, é certo, mas abordaram-nos de maneira abrangente, e não é de se estranhar que tenham lançado mão dos métodos que se mostraram bem-sucedidos na retórica e tenham-nos aplicado à "ciência e arte" das virtudes cívicas.

O Protágoras de Platão alega, não sem razão, que ao ensinar a virtude eles simplesmente faziam sistematicamente o que todos os outros faziam de modo caótico. Mas no verdadeiro sentido da palavra, os sofistas não dispunham de um sistema ético, nem fizeram contribuições substanciais, salvo por um contraste com a especulação ética. Simplesmente analisaram as fórmulas convencionais, de maneira bem semelhante a de certos moralistas (assim chamados) "científicos".

Ética socrática

A essa arena de senso-comum e vagueza, Sócrates trouxe um novo espírito crítico, e mostrou que esses conferencistas populares, a despeito de sua fértil eloquência, não podiam defender suas suposições fundamentais nem sequer oferecer definições racionais do que alegavam explicar. Não só eram assim "ignorantes" como também perenemente inconsistentes ao lidar com casos particulares. Desse modo, com o auxílio de sua famosa "dialética", Sócrates

primeiramente chegou ao resultado negativo de que os pretensos mestres do povo eram tão ignorantes quanto ele mesmo afirmava ser, e, em certa medida, justificou o encômio de Aristóteles de ter prestado o serviço de "introduzir a indução e as definições" na filosofia. No entanto, essa descrição de sua obra é muito técnica e muito positiva, se avaliada com base nos primeiros diálogos de Platão, em que o verdadeiro Sócrates encontra-se menos alterado. Sócrates sustentava que a sabedoria preeminente que o oráculo de Delfos lhe atribuiu consistia numa consciência única da ignorância. No entanto, é igualmente claro, com base em Platão, que houve um elemento positivo muito importante no ensinamento de Sócrates, que justifica afirmar, junto com Alexander Bain, que "o primeiro nome importante na filosofia ética antiga é Sócrates".

A união dos elementos positivo e negativo de sua obra tem causado alguma perplexidade entre os historiadores, e a consistência do filósofo depende do reconhecimento de algumas doutrinas a ele atribuídas por Xenofonte como meras tentativas provisórias. Ainda assim, as posições de Sócrates mais importantes na história do pensamento ético são fáceis de harmonizar com sua convicção de ignorância e tornam ainda mais fácil compreender sua infatigável inquirição da opinião comum. Enquanto mostrava claramente a dificuldade de adquirir conhecimento, Sócrates estava convencido de que somente o conhecimento poderia ser a fonte de um sistema coerente da virtude, assim como o erro estava na origem do mal. Assim, Sócrates, pela primeira vez na história do pensamento, propõe uma lei científica positiva de conduta: a virtude é conhecimento. Esse princípio envolvia o paradoxo de que a pessoa que sabe o que é o bem não pratica o mal. Mas esse é um paradoxo derivado de seus truismos irretorquíveis: "Toda a pessoa deseja o seu próprio bem e obtê-lo-ia se pudesse" e "Ninguém negaria que a justiça e a virtude em geral são bens; e entre todos, os melhores". Todas as virtudes, portanto, estão sintetizadas no conhecimento do bem. Mas esse bem, para Sócrates, não é um dever que se opõe ao interesse próprio. A força do paradoxo depende de uma fusão do dever e do interesse numa única noção de bem, uma fusão que era prevalecente no modo de pensar da época. Isso é o que forma o núcleo do pensamento positivo de Sócrates, segundo Xenofonte. Ele não podia oferecer nenhuma abordagem satisfatória do Bem em abstrato, e esquivava-se de qualquer questão sobre esse ponto dizendo que não conhecia "nenhum bem que não fosse bom para alguma coisa em particular", mas esse bem particular é consistente consigo mesmo. Quanto a si, estimava acima de todas as coisas a virtude da sabedoria; e, no intuito de alcançá-la, enfrentava a penúria mais severa, sustentando que uma vida assim seria mais rica em satisfação que uma vida de luxo. Essa visão multidimensional é ilustrada pela curiosa mistura de sentimentos nobres e meramente utilitários em sua abordagem sobre a amizade: um amigo que não nos traga benefícios não vale nada; no entanto, o maior benefício que um amigo pode nos trazer é o aperfeiçoamento moral.

As características historicamente importantes de sua filosofia moral, tomando-se conjuntamente seus ensinamentos e o seu caráter pessoal, podem ser sintetizados da seguinte maneira: (1) uma busca apaixonada por um conhecimento que não está disponível em lugar algum, mas que, se encontrado, aperfeiçoará a conduta humana; (2) simultaneamente, uma exigência de que os homens deveriam agir na medida do possível conforme uma teoria coerente; (3) uma adesão provisória à concepção recebida sobre o que é bom, com toda a sua complexidade e incoerência, e uma prontidão permanente em sustentar a harmonia de seus diversos elementos, e em demonstrar a superioridade da virtude mediante um apelo ao padrão do interesse próprio; (4) firmeza pessoal em adotar essas convicções práticas. É só quando se tem em vista todos esses pontos que se pode compreender como, das conversações socráticas, brotaram as diferentes correntes do pensamento ético grego.

Quatro escolas diferentes têm sua origem imediata no círculo que se reuniu em torno de Sócrates – a escola megárica, a platônica, a cínica e a cirenaica. A influência do mestre manifesta-se em todas apesar das grandes diferenças que as separam; todas concordam em sustentar que a possessão mais importante do homem é a sabedoria ou o conhecimento, e que o conhecimento mais importante a ser adquirido é o conhecimento do Bem. Aqui, no entanto, termina a concordância. A parte mais filosófica do círculo socrático constituiu um grupo do qual Euclides de Mégara foi provavelmente o primeiro líder. Esse grupo admitia que o Bem era objeto de uma investigação ainda inconclusa e foram levados a identificá-lo com o segredo do universo e, desse modo, a passar da ética à metafísica. Outros, cujas exigências por conhecimento eram mais facilmente satisfeitas e estavam ainda sob a impressão causada pelo lado positivo e prático dos ensinamentos do mestre, tornaram a busca um assunto bem mais simples. Consideraram que o Bem já era conhecido e sustentaram que a filosofia consistia na aplicação rígida desse conhecimento às ações. Entre esses estavam Antístenes, o cínico, e Aristipo de Cirene. Ambos admitiram o dever de viver consistentemente conforme a teoria, em vez de conduzi-la por impulso ou pelo costume. Por sua noção de um novo valor conferido à vida por meio dessa racionalização, e por seus esforços em manter uma firmeza inabalável, calma e tranquila, de têmpera socrática, é que Antístenes e Aristipo são reconhecidos como "homens socráticos", apesar de terem dividido a doutrina positiva do mestre em sistemas diametralmente opostos. Acerca de seus princípios conflitantes, pode-se dizer que, enquanto Aristipo efetivou a transição lógica mais óbvia para reduzir os ensinamentos de Sócrates a uma clara unidade dogmática, Antístenes certamente extraiu a inferência mais natural que se poderia tirar da vida socrática.

Aristipo argumentava que, se tudo o que é belo ou admirável no comportamento deriva essas qualidades de sua utilidade, isto é, de sua aptidão

em produzir um bem maior; e, se a ação virtuosa é essencialmente uma ação realizada com previsão – com a apreensão racional de que a ação é o meio adequado para a aquisição daquele bem –; então aquele bem só pode ser o prazer. Aristipo sustentava que os prazeres e dores corporais são os mais incisivos, mas não parece ter defendido essa ideia em termos de uma teoria materialista, pois admitia a existência de prazeres exclusivamente mentais, tais como alegrar-se com a prosperidade da terra natal. Admitia plenamente que esse bem poderia se realizar apenas em partes sucessivas, e deu ênfase até exagerada à regra de buscar o prazer do momento e não se preocupar com o futuro. Para Aristipo, a sabedoria manifestava-se na seleção tranquila, resoluta e habilidosa dos prazeres que as circunstâncias ofereciam de momento a momento, sem se deixar perturbar pela paixão, pelo preconceito ou pela superstição; e a tradição representa-o como alguém que realizou esse ideal em grau impressionante. Entre os preconceitos dos quais o homem sábio estaria livre, Aristipo inclui a obediência às convenções ditadas pelo costume que não tivessem penalidades vinculadas à sua transgressão; no entanto, sustentava, assim como Sócrates, que essas penalidades tornavam razoável adotar uma postura de conformismo. Assim, logo nos primórdios da teoria ética, já aparecia uma exposição completa e minuciosa do hedonismo.

Bem diferente era a compreensão de Antístenes e dos cínicos a respeito do espírito socrático. Eles igualmente sustentavam que nenhuma pesquisa especulativa seria necessária à descoberta do bem e da virtude, e defenderam que a sabedoria socrática não se exibia numa busca habilidosa pelo prazer; mas, ao contrário, numa indiferença racional em relação ao prazer – numa nítida compreensão de que não há valor algum no prazer nem em outros objetos dos desejos mais comuns acalentados pelos homens. Antístenes, com efeito, declarou taxativamente que o prazer é um mal: "É melhor a loucura que ceder ao prazer". Ele não desconsiderou a necessidade de complementar o insight meramente intelectual com a "força de espírito socrática"; mas parecia-lhe que, por uma combinação de insight e autocontrole, a pessoa poderia conquistar uma independência espiritual absoluta que nada deixaria faltar a um perfeito bem-estar. Pois, quanto à pobreza, à labuta extenuante, ao desapreço e aos outros males que apavoram os homens, esses seriam úteis, argumentava ele, como meios de avançar na liberdade e virtude espiritual. Entretanto, na concepção cínica de sabedoria, não há um critério positivo além da mera rejeição dos preconceitos e dos desejos irracionais. Vimos que Sócrates não alegava ter descoberto uma teoria abstrata sobre a boa ou sábia conduta; ao mesmo tempo, entendia essa falta, em sentido prático, como motivo para a execução confiante dos deveres costumeiros, sustentando sempre que sua própria felicidade estava condicionada a essa prática. Os cínicos, de modo mais ousado, descartaram tanto o prazer como o mero costume por considerarem ambos irracionais; mas, ao fazerem isso, deixaram a razão liberada sem nenhum objetivo definido além de sua própria liberdade.

É absurdo, tal como Platão apontou, dizer que o conhecimento é o bem e, depois, quando nos indagam "conhecimento de quê?" não ter outra resposta positiva senão "do bem"; mas os cínicos não parecem ter feito nenhum esforço sério de escapar a esse contrassenso.

Platão

A ética de Platão não pode ser tratada adequadamente como um produto acabado; mas sim como um movimento contínuo, a partir da posição de Sócrates, em direção ao sistema mais completo e articulado de Aristóteles, exceto por sugestões de teor ascético e místico em algumas partes dos ensinamentos de Platão que não encontram correspondência em Aristóteles, e que, de fato, desaparecem da filosofia grega logo após a morte de Platão, para bem mais tarde ressurgirem e serem entusiasticamente desenvolvidas pelo neopitagorismo e pelo neoplatonismo. O primeiro ponto em que se pode identificar uma concepção ética platônica distinta da de Sócrates está presente no Protágoras. Nesse diálogo, Platão envida esforços genuínos, embora nitidamente tenteadores, em definir o objeto daquele conhecimento que ele e seu mestre consideravam ser a essência de toda a virtude. Esse conhecimento seria na verdade uma mensuração de prazeres e dores por meio da qual o sábio evita erroneamente subestimar as sensações futuras em comparação com o que se costuma chamar de "ceder ao medo e ao desejo". Esse hedonismo tem intrigado os leitores de Platão. Mas não há razão para perplexidades, pois o hedonismo é o corolário mais óbvio daquela doutrina socrática segundo a qual cada uma das diferentes noções de bem – o belo, o prazeroso e o útil – deve ser de alguma forma interpretada em termos das outras. No que diz respeito a Platão, no entanto, essa conclusão só podia ser mantida enquanto ele não tivesse executado o movimento intelectual de levar o método socrático para além do campo do comportamento humano e desenvolvê-lo num sistema metafísico.

Esse movimento pode ser expresso da seguinte maneira. "Se soubéssemos", dizia Sócrates, "o que é a justiça, seríamos capazes de apresentar uma definição da justiça"; o verdadeiro conhecimento deve ser um conhecimento do fato geral, comum a todos os casos individuais aos quais são aplicados a noção geral. Mas isso também é verdade em relação a outros objetos de pensamento e discurso; a mesma relação entre noções gerais e exemplos particulares se estende por todo o universo físico; só se pode pensar e falar sobre ele por meio de tais noções. O conhecimento verdadeiro ou científico, portanto, deve ser um conhecimento geral, relacionado primariamente não aos indivíduos, mas aos fatos ou qualidades gerais que os indivíduos exemplificam; de fato, a noção de um indivíduo, quando examinada, mostra-se como um agregado daquelas qualidades gerais. Mas, novamente, o objeto do verdadeiro conhecimento deve ser o que realmente existe; assim, a realidade do universo

deve se apoiar em fatos ou relações gerais, e não nos indivíduos que exemplificam tais fatos e relações.

Até aqui os passos são suficientemente claros; mas ainda não se vê como esse realismo lógico (como foi posteriormente chamada essa posição) resulta no caráter essencialmente ético do platonismo. A filosofia de Platão está voltada para o universo inteiro do ser; no entanto, o objeto último de sua contemplação filosófica ainda é "o bem", agora considerado como o fundamento último de todo o ser e de todo o conhecimento. Ou seja, a essência do universo é identificada com esse fim – a causa "formal" das coisas é identificada com a sua causa "final", conforme a posterior terminologia aristotélica.

Talvez a melhor maneira de explicá-lo esteja num retorno à aplicação original do método socrático aos assuntos humanos. Uma vez que toda a atividade racional tem em vista alguma finalidade, as diferentes artes e funções da indústria humana são naturalmente definidas por uma declaração sobre seus usos ou finalidades; analogamente, ao oferecer uma explicação sobre os vários artistas e funcionários, apresentamos necessariamente as suas finalidades – "aquilo em que eles são bons". Numa sociedade organizada segundo os princípios socráticos, todos os seres humanos seriam designados para alguma utilidade; a essência de suas vidas consistiria em fazer aquilo em que são bons (o seu *εργόν* próprio). Mas, novamente, é fácil estender essa concepção para todo o campo da vida organizada; um olho que não alcança a sua finalidade de enxergar está destituído da essência do olho. Em resumo, pode-se dizer acerca de todos os órgãos e instrumentos que eles são o que pensamos deles à medida que cumprem a sua função e alcançam sua finalidade. Assim, se o universo for concebido organicamente como um arranjo complexo de meios para fins, entende-se por que Platão pode sustentar que todas as coisas realmente são (ou "realizam sua ideia"), à medida que alcançam o fim ou o bem especial para o qual foram dispostas. Mesmo Sócrates, apesar de sua aversão à física, foi levado pela reflexão piedosa a expor uma visão ideológica do mundo físico, um mundo organizado em todas as suas partes pela sabedoria divina para a realização de alguma finalidade divina; e a viragem metafísica que Platão imprimiu a essa visão foi provavelmente antecipada por Euclides de Mégara, que sustentava que o único ser real é "aquilo que chamamos por diversos nomes: Bem, Sabedoria, Razão ou Deus", aos quais Platão, alçando a identificação socrática da beleza com a utilidade a um significado mais elevado, acrescentou o nome do Belo Absoluto, ao explicar como o amor à beleza mostra-se em última instância como um anseio pela finalidade e pela essência do ser.

Platão, portanto, aderiu a essa vasta orientação filosófica, e identificou as noções últimas da ética com as da ontologia. É necessário analise agora que atitude adotará em relação às investigações práticas que foram o seu ponto de

partida. Quais serão agora suas concepções de sabedoria, virtude, prazer e de suas relações com o bem-estar?

Buon Governo (detalhe), afresco de Ambrogio Lorenzetti. Na ética platônica, a Sabedoria (alto) e a Justiça (centro) são as virtudes fundamentais para a boa condução tanto da vida particular como do Estado.

A filosofia, agora, saiu da praça do mercado e entrou na sala de aula. Sócrates buscava uma arte de se conduzir que seria exercida num mundo prático e entre semelhantes. Mas, se os objetos do pensamento abstrato constituem o mundo real, do qual esse mundo de coisas individuais é apenas uma sombra, é evidente que a vida mais elevada e mais real será encontrada naquela primeira região, não nessa última. A verdadeira vida do espírito deve consistir na contemplação da realidade abstrata que as coisas concretas obscuramente representam – na contemplação do arquétipo ou ideal que os indivíduos sensíveis imitam imperfeitamente; e, como o homem é mais verdadeiramente homem à medida que se identifica com a sua mente, o desejo pelo bem de si mesmo, que Platão, seguindo Sócrates, sustentava ser permanente e essencial em todas as coisas vivas, revela-se em sua forma mais elevada como o anseio filosófico por conhecimento. Esse anseio surge – assim como a maioria dos impulsos sensuais – com uma percepção de que falta ao indivíduo alguma coisa anteriormente possuída, alguma coisa da qual ele mantém uma memória latente na alma. No aprendizado de uma verdade abstrata por demonstração científica, o indivíduo simplesmente torna explícito o que já sabia implicitamente; traz à clareza da consciência as memórias ocultas decorrentes de um estado anterior em que a alma contemplava diretamente a Realidade e o Bem, antes de ela ser aprisionada num corpo estranho e antes da mistura de sua verdadeira natureza com os sentimentos e impulsos carnais. Chega-se assim ao paradoxo de que a verdadeira arte de viver é, na verdade, uma "arte de morrer" para os sentidos, a fim de existir em estreita união com a bondade e a beleza absoluta. Por outro lado, dado que o filósofo deve ainda viver e atuar no mundo sensível, a identificação socrática entre sabedoria e virtude é plenamente mantida por Platão. Somente aquele que capta o bem em abstrato pode reproduzi-lo como bem transitório e imperfeito na vida humana, e é impossível que, dispondo desse conhecimento, não aja de acordo com ele, seja em assuntos privados, seja em assuntos públicos. Assim, no verdadeiro filósofo, encontra-se necessariamente o homem bom em sentido prático, e também o estadista perfeito, caso a organização da sociedade permita-lhe exercer a sua habilidade estadística.

Os traços característicos dessa bondade prática no pensamento maduro de Platão refletem as noções fundamentais de sua concepção de universo. A alma do homem, em seu estado bom e normal, deve estar organizada e harmonizada conforme a orientação da razão. Surge então a questão: "Em que consiste essa ordem ou harmonia?" Para esclarecer a resposta elaborada por

Platão, convém notar que, embora mantivesse a doutrina socrática de que a virtude mais elevada é indissociável do conhecimento do bem, Platão reconhecia uma espécie inferior de virtude, possuída por homens que não eram filósofos. É evidente que, se o bem a ser conhecido é o fundamento último de todas as coisas, ele só pode ser alcançado por um restrito e seletivo grupo. No entanto, não se pode restringir a virtude apenas a esse grupo. Que abordagem, então, deve ser dada às virtudes "cívicas" ordinárias – coragem, temperança e justiça? Parece claro que os homens que cumprem os seus deveres, resistindo às seduções do medo e do desejo, devem ter, se não conhecimento, ao menos opiniões corretas quanto ao bem e ao mal na vida humana; mas de onde viriam essas "opiniões" corretas? Vêm em parte, diz Platão, da natureza e da "alocação divina"; mas, para seu adequado desenvolvimento, são necessários "o costume e a prática". Daí a importância basilar da educação e da disciplina para a virtude cívica; e mesmo para os futuros filósofos é indispensável essa cultura moral, em que também cooperam o treinamento físico e estético (uma preparação apenas intelectual não basta). O conhecimento perfeito, por outro lado, não pode ser implantado numa alma que não tenha passado por uma preparação que inclui bem mais que o treinamento físico. O que é essa preparação? Um passo importante na análise psicológica foi dado quando Platão reconheceu que o efeito dessa preparação era produzir a "harmonia" acima mencionada entre as diferentes partes da alma, de modo que os impulsos se subordinassem à razão. Platão distinguiu esses elementos não-racionais num componente concupiscível (*τὸ επιθυμητικὸν*) e num componente irascível (*τὸ θυμοειδὲς* ou *θυμός*) – e afirmou que a separação entre esses dois elementos, e entre esses e a razão, é estabelecida pela experiência que o indivíduo tem de sua vida interior.

Nessa tripartição da alma, Platão encontrou uma concepção sistemática das quatro espécies de virtudes reconhecidas pela moral estabelecida da Grécia – mais tarde chamadas de Virtudes Cardinais. Dessas, as duas mais fundamentais eram a sabedoria – que em sua forma superior identifica-se com a filosofia – e aquela atividade harmoniosa e regulada de todos os elementos da alma, que Platão toma como a essência da retidão nas relações sociais (*δικαιοσύνη*). O sentido desse termo é essencialmente social; e só se pode explicar o uso desse termo por Platão numa referência à analogia que ele traça entre o homem individual e a comunidade. Numa polis justamente ordenada, tanto o bem-estar social como o bem-estar individual dependeriam da interação harmoniosa daqueles diversos elementos, cada um deles desempenhando a sua função própria, a qual, em sua aplicação social, é mais naturalmente denominada *δικαιοσύνη*. Vemos, além disso, como na concepção platônica as virtudes fundamentais da Sabedoria e da Justiça estão interconectadas. A sabedoria mantém necessariamente a atividade ordenada, e essa última consiste na regulação pela sabedoria; enquanto que as duas outras virtudes especiais – a Coragem (*ἀνδρεία*) e a Temperança (*σωφροσύνη*) – são apenas

lados ou aspectos diferentes dessa ação sabiamente regulada de uma alma composta.

Essas são as formas como o bem essencial se manifesta na vida humana. Resta saber se a apresentação dessas formas fornece uma explicação completa do bem-estar humano ou se também se deve incluir o prazer. Nesse ponto, o pensamento de Platão parece ter sofrido várias oscilações. Depois de aparentemente sustentar que o prazer é o bem (*Protágoras*), ele passa para o extremo oposto, rejeitando qualquer assimilação entre bem e prazer (*Fédon*, *Górgias*); pois (1), sendo algo concreto e transitório, o prazer não é o bem verdadeiramente essencial que o filósofo está a buscar; (2) as sensações mais prontamente reconhecidas como prazeres estão associadas à dor, num vínculo completamente estranho à natureza do bem, uma vez que esse último jamais se associa ao mal. No entanto, essa era uma concepção que discordava tanto do socratismo que Platão não poderia permanecer nela. Que o prazer não fosse um bem absoluto não era justificativa para não incluí-lo entre os bens da vida humana concreta; além disso, somente os prazeres brutos e vulgares estão indissociavelmente ligados às dores da carência. Desse modo, na *República*, ele não receia tomar o prazer como parâmetro para responder à questão sobre a superioridade intrínseca da vida filosófica ou virtuosa, e argumenta que só o homem filosófico (ou bom) desfruta o prazer genuíno, ao passo que o sensualista gasta a sua vida oscilando entre a carência dolorosa e o estado neutral de falta-de-dor, que ele equivocadamente toma por prazer positivo. Ainda mais enfaticamente, declara-se nas *Leis* que, quando se está "dissertando para homens, não para deuses", deve-se mostrar que a vida que se estima como a melhor e mais nobre é também aquela em que o prazer supera em maior proporção a dor. Mas, embora Platão mantenha que essa conexão inquebrantável entre o melhor e o mais prazeroso seja verdadeira e importante, é apenas em benefício do vulgo que ele dá essa ênfase ao prazer; pois, na comparação mais filosófica apresentada no *Filebo* entre as alegações do prazer e as da sabedoria, as primeiras são completamente subjugadas.

Aristóteles

Aristóteles, em sua obra *Ética a Nicômaco*, afirma que a felicidade (*eudemonia*) não consiste nem nos prazeres, nem nas riquezas, nem nas honras, mas numa vida virtuosa. A virtude (*areté*), por sua vez, se encontra num justo meio entre os extremos, que será encontrada por aquele dotado de prudência (*phronesis*) e educado pelo hábito no seu exercício.

Para Epicuro a felicidade consiste na busca do prazer, que ele definia como um estado de tranquilidade e de libertação da superstição e do medo (*ataraxia*), assim como a ausência de sofrimento (*aponia*). Para ele, a felicidade não é a busca desenfreada de bens e prazeres corporais, mas o prazer obtido pelo conhecimento, amizade e uma vida simples. Por exemplo, ele argumentava

que ao comer, o indivíduo obtém prazer não pelo excesso ou pelo luxo culinário (que leva a um prazer fortuito, seguido pela insatisfação), mas pela moderação, que torna o prazer um estado de espírito constante, mesmo se ele se alimenta simplesmente de pão e água.

Para os estoicos, a felicidade consiste em viver de acordo com a lei racional da natureza e aconselha a indiferença (apathea) em relação a tudo que é externo. O homem sábio obedece à lei natural reconhecendo-se como uma peça na grande ordem e propósito do universo, devendo assim manter a serenidade e indiferença perante as tragédias e alegrias.

Para os céticos da antiguidade, nada podemos saber, pois sempre há razões igualmente fortes para afirmar ou negar qualquer teoria, além do que toda teoria é indemonstrável (um dos argumentos é que toda demonstração exige uma demonstração e assim ad infinitum). Defender qualquer teoria, então, traz sofrimentos desnecessários e inúteis. Assim, os céticos advogavam a "suspenção do juízo" (epokhé). Por exemplo, aquele que não imagina que a dor é um mal não sofre senão da dor presente, enquanto que aquele que julga a dor um mal duplica seu sofrimento e mesmo sofre sem dor presente, sendo a mera ideia do mal da dor às vezes mais dolorosa que a própria dor.

Ética na Idade Média, no Renascimento e no Iluminismo

Enquanto na antiguidade todos os filósofos entendiam a ética como o estudo dos meios de se alcançar a plenitude (eudaimonia) e investigar o que significa felicidade, na idade média, a filosofia foi dominada pelo cristianismo e pelo islamismo, e a ética se centralizou na moral como interpretação dos mandamentos e preceitos religiosos.

No renascimento e nos séculos XVII e XVIII, os filósofos redescobriram os temas éticos da antiguidade, e a ética foi entendida novamente como o estudo dos meios de se alcançar o bem estar, a felicidade e o bom modo de conviver tendo por base sua fundamentação pelo pensamento humano e não por preceitos recebidos das tradições religiosas.

Espinoza, em sua obra Ética, afirma que a felicidade consiste em compreender e criar as circunstâncias que aumentem nossa potência de agir e de pensar, proporcionando o afeto de alegria e libertando-nos das determinações alheias (paixões), isto é, afirmando a necessidade de nossa própria natureza (conatus). Unicamente a alegria nos leva ao amor ("alegria que associamos a uma causa exterior a nós") no cotidiano e na convivência com os outros, enquanto a tristeza jamais é boa, intrinsecamente relacionada ao ódio ("tristeza que associamos a uma causa exterior a nós"), a tristeza sempre é destrutiva. Espinosa dizia, quanto aos dominados pelas paixões: "Não rir nem chorar, mas compreender."

A ética tem sido aplicada na economia, política e ciência política, conduzindo a muitos distintos e não-relacionados campos de ética aplicada, incluindo: ética nos negócios e Marxismo.

Também tem sido aplicada à estrutura da família, à sexualidade, e como a sociedade vê o papel dos indivíduos, conduzindo a campos da ética muito distintos e não-relacionados, como a ética feminista e a guerra, por exemplo.

A visão descritiva da ética é moderna e, de muitas maneiras, mais empírica sob a filosofia Grega clássica, especialmente Aristóteles.

Inicialmente, é necessário definir uma sentença ética, também conhecido como uma afirmativa normativa. Trata-se de um juízo de fato ou juízo de valor (em termos morais) de alguma coisa.

Juízo de valor são frases que usam palavras como bom, mau, certo, errado, moral, imoral, etc, .

Aqui vão alguns exemplos:

“Salomão é uma boa pessoa”

“As pessoas não devem roubar”

“A honestidade é uma virtude”

Em contraste, um Juízo de fato precisa ser uma sentença que não serve para uma avaliação moral. Alguns exemplos são:

“Salomão é uma pessoa alta”

“As pessoas se deslocam nas ruas”

"João é o chefe".

Ética nas ciências

A principal lei ética na robótica é:

Um robô jamais deve ser projetado para machucar pessoas ou lhes fazer mal.

Na biologia:

Um assunto que é bastante polémico é a clonagem: uma parte dos ativistas considera que, pela ética e bom senso, a clonagem só deve ser usada, com seu devido controle, em animais e plantas somente para estudos biológicos - nunca para clonar seres humanos.

Na Programação

Nunca criar programas (softwares) para prejudicar as pessoas, como para roubar ou espionar.

Cidadania

Cidadania é a prática dos direitos e deveres de um(a) indivíduo (pessoa) em um Estado. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que o direito de um cidadão implica necessariamente numa obrigação de outro cidadão. Conjunto de direitos, meios, recursos e práticas que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo.

Um cidadão é uma pessoa que se considera em uma fase madura o suficiente desenvolvido para agir consciente e responsável dentro da sociedade

O conceito de cidadania tem origem na Grécia antiga, sendo usado então para designar os direitos relativos ao cidadão, ou seja, o indivíduo que vivia na cidade e ali participava ativamente dos negócios e das decisões políticas. Cidadania pressupunha, portanto, todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade. Ao longo da história, o conceito de cidadania foi ampliado, passando a englobar um conjunto de valores sociais que determinam o conjunto de deveres e direitos de um cidadão.

Nacionalidade

A nacionalidade é pressuposto da cidadania - ser nacional de um Estado é condição primordial para o exercício dos direitos políticos. Entretanto, se todo cidadão é nacional de um Estado, nem todo nacional é cidadão - os indivíduos que não estejam investidos de direitos políticos podem ser nacionais de um Estado sem serem cidadãos.

Dever do Cidadão

Os direitos políticos são regulados no Brasil pela Constituição Federal em seu artigo 14, que estabelece como princípio da participação na vida política nacional o sufrágio universal. Nos tempos da norma constitucional, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezoito anos, e facultativos para os analfabetos, os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos e os maiores de setenta anos.

A Constituição proíbe a eleição de estrangeiros e brasileiros conscritos no serviço militar obrigatório, considera a nacionalidade brasileira como condição de elegibilidade e remete, à legislação infraconstitucional, a

regulamentação de outros casos de inelegibilidade (lei complementar n. 64, de 18 de maio de 1990).

O exercício pleno dos direitos civis, políticos e sociais em uma sociedade que combine liberdade completa e participação numa sociedade ideal é, para José Murilo de Carvalho, a definição de cidadania. Carvalho entende que esta categoria de liberdade consciente é imperfeita numa sociedade igualmente imperfeita. Neste sentido, numa sociedade de bem-estar social, utópica por assim dizer, a cidadania ideal é naturalizada pelo cotidiano das pessoas como um bem ou um valor pessoal, individual e, portanto, intransferível.

Esta cidadania naturalizada é a liberdade dos modernos, como estabelece o artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948: "toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal". A origem desta carta remonta das revoluções burguesas no final do século XVIII, sobretudo na França e nas colônias inglesas na América do Norte; o termo "cidadão" designa, nesta circunstância e contexto, o habitante da cidade "no cumprimento de seus simples deveres, em oposição a parasitas ou a pretensos parasitas sociais".

A etimologia da palavra cidadania vem do latim *civitas*, cidade, tal como cidadão

(ciudadano ou vecino no espanhol, ciutadan em provençal, citoyen em francês). Neste sentido, a palavra-raiz, cidade, diz muito sobre o verbete. O habitante da cidade no cumprimento dos seus deveres é um sujeito da ação, em contraposição ao sujeito de contemplação, omissivo e absorvido por si e para si mesmo, ou seja, não basta estar na cidade, mas agir na cidade. A cidadania, neste contexto, refere-se à qualidade de cidadão, indivíduo de ação estabelecido na cidade moderna. A rigor, cidadania não combina com individualismo e com omissões individuais frente aos problemas da cidade; a cidade e os problemas da cidade dizem respeito a todos os cidadãos.

No Brasil, nos léxicos da língua portuguesa que circularam no início do século XIX, observa-se bem a distinção entre os termos cidadão (em português arcaico, cidadam) e o fidalgo, prevalecendo o segundo para designar aquele indivíduo detentor dos privilégios da cidade na sociedade de corte. Neste contexto, o fidalgo é o detentor dos deveres e obrigações na cidade portuguesa; o cidadão é uma maneira genérica de designar a origem e o trânsito dos vassalos do rei nos territórios do vasto império português. Com a reconfiguração do Estado a partir de 1822, vários conceitos políticos passaram por um processo de ressignificação; cidadão e cidadania entram no vocabulário dos discursos políticos, assim como os termos "Brasil", "brasileiros", em oposição a "brasílicos". Por exemplo: povo, povos, nação, história, opinião pública, América, americanos, entre outros.

A partir disso, o termo "cidadania" pode ser compreendido racionalmente pelas lutas, conquistas e derrotas do cidadão brasileiro ao longo da história nacional, a começar da história republicana, na medida em que esta ideia moderna, a relação indivíduo-cidade (ou indivíduo-Estado) "expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo (...)" . Em outros termos, fundamenta-se na concessão pelo Estado das garantias individuais de vida, liberdade e segurança. O significado moderno da palavra é, portanto, incompatível com o regime monárquico, escravista e centralizador, anterior à independência política do Brasil. No entanto, este divisor monarquia-república não significa, no Brasil, uma nova ordem onde a cidadania tem um papel na construção de sociedade justa e igualitária. Este aspecto é bem pronunciado na cidadania brasileira: estas garantias individuais jamais foram concedidas, conquistadas e/ou exercidas plena e simultaneamente em circunstâncias democráticas, de estado de direito político ou de bem-estar social.

O longo caminho inferido por José Murilo de Carvalho refere-se a isto: uma cidadania no papel e outra cidadania cotidiana. É o caso da cidadania dos brasileiros negros: a recente Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 é um prolongamento da luta pela cidadania dos "homens de cor", cujo marco histórico formal é a Lei Áurea de 1888; ou seja, foi necessário um século para garantir, através de uma lei, a cidadania civil de metade da população brasileira, se os números do último censo demográfico estão corretos; portanto, há uma cidadania no papel e outra cidadania cotidiana, conquistada no dia a dia, no exercício da vida prática; tanto é que, ainda hoje, discute-se, nas altas esferas da jurisprudência brasileira, se o cidadão negro é ou não é injustiçado pela história da nação. Considere-se que, na perspectiva de uma cidadania plena, equilibrada e consciente, não haveria de persistir por tanto tempo tal dúvida.

O mesmo se pode dizer da cidadania da mulher brasileira: a Lei 11 340, de 7 de Agosto de 2006, a chamada "Lei Maria da Penha", criou mecanismos "para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher". Ou seja, garantir sua liberdade civil, seu direito de ir e vir sem ser agredida ou maltratada. No caso da mulher, em geral, a lei chega com atraso, como forma de compensação, como retificação de várias injustiças históricas com o gênero; o direito de votar, por exemplo, conquistado através de um "código eleitoral provisório" em 1932, ratificado em 1946. A lei do divórcio obtida em 1977, ratificada recentemente pela chamada Nova Lei do Divórcio, ampliando a conquista da liberdade civil de outra metade da população brasileira. São exemplos de como a cidadania é conquistada, de forma dramática por assim dizer, à custa de esgotamentos e longas negociações políticas.

Neste contexto, a lei torna-se o último recurso da cidadania, aquela cidadania desejada e praticada no cotidiano por deficientes físicos, deficientes

mentais, homossexuais, crianças, adolescentes, idosos, aposentados etc. Um caso prático para ilustrar esta realidade cotidiana é a superlotação dos presídios e casas de custódia; a rigor, os direitos humanos contemplam, também, os infratores, uma vez que "toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

Embora existam leis que visam a reparar injustiças, existe também uma longa história de lutas cotidianas para conquistar estes direitos: o direito à liberdade de expressão, o direito de organizar e participar de associações comunitárias, sindicatos trabalhistas e partidos políticos, o direito a um salário justo, a uma renda mínima e a condições para sobreviver, o direito a um pedaço de terra para plantar e colher, o direito de votar e ser votado talvez o mais elementar da democracia moderna, negado à sociedade na já longa história da cidadania brasileira. É esta luta cotidiana por direitos elementares que define a cidadania brasileira e não os apelos ao pertencimento, ao nacionalismo, a democracia e ao patriotismo do cidadão comum.

Pode-se entender, portanto, que a cidadania brasileira é a soma de conquistas cotidianas, na forma da lei, de reparações a injustiças sociais, civis e políticas, no percurso de sua história e, em contrapartida, a prática efetiva e consciente, o exercício diário destas conquistas com o objetivo exemplar de ampliar estes direitos na sociedade. Neste sentido, para exercer a cidadania brasileira em sua plenitude torna-se absolutamente necessário a percepção da dimensão histórica destas conquistas no percurso entre passado, presente e futuro da nação. Este é o caminho longo e cheio de incertezas, inferido por José Murilo de Carvalho. Esta é a originalidade e especificidade da cidadania brasileira.

Projeto Social

Um projeto é composto de diversos itens que, encadeados, dão sentido, corpo e forma à ideia da organização.

São eles:

- 1. Identificação e descrição da organização proponente**

Apresenta os dados gerais da instituição, como CNPJ, endereço, telefones, site e também um breve histórico da organização, sua missão e principais iniciativas.

- 2. Identificação dos responsáveis pelo projeto**

Traz nomes, cargos e contatos das pessoas responsáveis pelo projeto.

3. Título

Inclui o nome curto do projeto, que expressa sua finalidade e forma de atuação.

4. Justificativa

Discute o contexto social em que se inserem a organização da sociedade civil e o projeto proposto. Serve para mostrar por que é necessário e prioritário fazer a intervenção proposta pelo projeto.

5. Público-alvo

Descreve quantos e quem são os beneficiados diretos e indiretos do projeto.

6. Objetivo Geral

É a razão de ser do projeto. Responde de forma clara e objetiva à questão: “para quem se destina esse projeto e o que ele pretende transformar?”. Este objetivo está diretamente relacionado à justificativa e é genérico. Ele não pode ser assegurado somente pelo sucesso do projeto; depende de outras ações e variáveis. Portanto, expressa o que se quer alcançar em longo prazo, ultrapassando inclusive o tempo de duração do projeto.

7. Objetivos Específicos

Explica como estarão o público-alvo e o contexto social depois de suas necessidades serem atendidas. Cada objetivo específico retrata uma única mudança na vida do público-alvo. Um objetivo específico é mensurável, atingível num tempo limitado, relacionado às necessidades do público-alvo.

8. Plano de ações

Mostra o que será feito para que os objetivos específicos se transformem em realidade.

9. Parcerias

Relata se o projeto conta com alianças com o setor público, com a iniciativa privada e/ou com organizações da sociedade civil organizada. Também apresenta o tipo de parceria estabelecida e o papel de cada ator.

10. Avaliação

Apresenta os procedimentos e métodos que serão usados para saber se as atividades estão sendo executadas, consumindo os recursos previstos, e se os objetivos propostos estão sendo atingidos.

11. Cronograma

É a representação gráfica do tempo das ações e das atividades planejadas. Responde quando ocorrerão as atividade previstas no plano de ação durante o período estabelecido para o projeto.

12. Orçamento

Detalha todos os recursos materiais, financeiros e humanos envolvidos no projeto. Pode ser feito mostrando as despesas por tipo ou rubricas tais como, recursos humanos, equipamentos etc. Também podem ser apresentadas por meio de um cronograma físico financeiro que mostra quando as despesas serão efetivadas ao longo do projeto.

13. Equipe

Descreve o grupo de pessoas envolvida no projeto e qual será o papel de cada um.

14. Sustentabilidade (continuidade do projeto)

Pontua as estratégias e os desdobramentos que viabilizarão a continuidade do projeto e de seus resultados.

O projeto social não se diferencia do conceito visto anteriormente, o que significa dizer que também deve reproduzir uma visão de futuro e, da mesma forma que o do arquiteto, deve ter um ponto de partida.

Entretanto, não aceita ficção, sua base é real, seu ponto de partida é sempre uma realidade social, uma questão social.

Um projeto social é, também, um documento utilizado para a formalização de uma proposta destinada à obtenção de financiamento público ou privado, ou seja, para a captação dos recursos necessários à implementação de uma solução.

Os projetos sociais são importantes ferramentas de ação, amplamente utilizadas pelo Estado e pela Sociedade Civil.

Os projetos sociais nascem do desejo de mudar uma realidade.

Os projetos são pontes entre o desejo e a realidade.

São ações estruturadas e intencionais, de um grupo ou organização social, que partem da reflexão e do diagnóstico sobre uma determinada problemática, e buscam contribuir, em alguma medida, para um mundo possível.

Os projetos sociais tornam-se, assim, espaços permanentes de negociação entre nossas utopias pessoais e coletivas – o desejo de mudar as coisas – e as possibilidades concretas que temos para realizar tais mudanças – a realidade.

Começar a modificar a sociedade não precisa de grandes passos. Na verdade, existem inúmeros exemplos de projetos sociais que estão modificando a vida de várias pessoas neste exato minuto e que precisam de doação (tempo, dinheiro ou conhecimento) para que essas ações continuem existindo.

Se você está cansado de tantas injustiças sociais ou apenas deseja começar a praticar o bem, saiba que existem muitas maneiras de ajudar e fazer com que os bons projetos sociais continuem transformando várias realidades.

Infelizmente, ainda existem muitas pessoas no nosso país que não têm acesso a uma rede de distribuição de água limpa e potável, nem a saneamento básico. Essas duas situações juntas podem causar inúmeros problemas de saúde, dificuldades de desenvolvimento nos mais jovens, entre outras questões importantes.

De acordo com os dados da ONG Trata Brasil, mais de 35 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço básico de abastecimento de água tratada. Além disso, mais de 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto.

Um exemplo de projeto social que está ajudando a modificar essa realidade é o “Água Pura para crianças”, desenvolvido em parceria entre o ChildFund Brasil e a P&G, no Vale do Jequitinhonha.

Nessa região, a P&G distribuiu sachês que auxiliam na purificação de água para as crianças e as suas famílias, sendo que cada um desses sachês de apenas 4g são capazes de purificarem até 10 litros de água.

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), a violência interpessoal é uma das principais razões pelas quais jovens entre 10 e 19 anos morrem de maneira precoce no Brasil?

O conceito para o termo “violência interpessoal” usado pela OMS é bem abrangente e está relacionado a agressão de gangues, ao narcotráfico, a morte de mulheres, as brigas, ao bullying e a violência entre parceiros.

Justamente para evitar essas mortes prematuras é que apoiar programas sociais que trabalhem com esses jovens em situação de risco social é tão importante. O ChildFund Brasil entende a necessidade de modificar essa realidade e desenvolve programas de educação, esporte e desenvolvimento pessoal.

Esses programas visam o desenvolvimento pessoal por meio de 5 pilares: artes marciais e boxes, educação, acesso ao trabalho, suporte social e liderança juvenil; mostrando a esses jovens outras possibilidades de desenvolvimento e a retirada dessas pessoas dessa situação de vulnerabilidade.

Para conseguirem modificar suas realidades é muito importante que os jovens entendam a situação em que vivem, consigam analisar a sua sociedade, sentir-se parte desse coletivo e, assim, poderem refletir sobre formas de empoderamento.

Uma maneira de proporcionar essa mudança de atitude é por meio das fotografias. O projeto “Olhares em Foco” tem auxiliado inúmeros jovens a refletirem sobre os problemas da suas comunidades, desenvolvendo nesses adolescentes uma cultura mais participativa e autônoma que favoreça o bem estar coletivo.

Para isso, as fotografias se transformam em um instrumento fundamental para o debate sobre identidade, direitos e cidadania, proporcionando oportunidades para compartilhar conhecimentos, manter relacionamentos e ainda promover a participação desses jovens nas esferas públicas.

A família é uma das principais bases para que consigamos nos desenvolver como pessoas saudáveis (física e psiquicamente), criando laços de amor e de afeto e ainda aprendendo valores importantes para nossas vidas.

Mas, infelizmente, essa não é a realidade de inúmeras crianças e jovens em todo o país, que convivem em lares desestruturados e desestabilizados. Favorecer, por exemplo, ao uso de drogas, a participação em gangues e no narcotráfico, ao abandono escolar e a muitos outros problemas.

Nesse sentido, programas que visem à sustentabilidade do lar e também o desenvolvimento de competências familiares são tão importantes. Esses projetos, como os desenvolvidos pelo Brasil, buscam assegurar as crianças e suas famílias acesso a meios de vida sustentáveis, garantindo condições dignas de sobrevivência e de desenvolvimento.

Cultura

A religião e a arte são importantes manifestações da cultura humana.

Celebrações, rituais e padrões de consumo são significantes aspectos da cultura popular.

A organização política e social varia entre diferentes culturas.

As tecnologias, como a da escrita, propiciam a expressão cultural num alto grau de complexidade.

Cultura (do latim cultura) é um conceito de várias acepções, sendo a mais corrente, especialmente na antropologia, a definição genérica formulada por Edward B. Tylor segundo a qual cultura é "todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Embora a definição de Tylor tenha sido problematizada e reformulada constantemente, tornando a palavra "cultura" um conceito extremamente complexo e impossível de ser fixado de modo único. Na Roma antiga, seu antepassado etimológico tinha o sentido de "agricultura" (do latim culturae, que significa "ação de tratar", "cultivar" e "cultivar conhecimentos", o qual originou-se de outro termo latino, colere, que quer dizer "cultivar as plantas"), significado que a palavra mantém ainda hoje em determinados contextos, como empregado por Varrão, por exemplo.

A cultura é também comumente associada às formas de manifestação artística e/ou técnica da humanidade, como a música eruditaeuropeia (o termo alemão "Kultur" – "cultura" – se aproxima mais desta definição). Definições de "cultura" foram realizadas por Ralph Linton, Leslie White, Clifford Geertz, Franz Boas, Malinowski e outros cientistas sociais. Em um estudo aprofundado, Alfred Kroeber e Clyde Kluckhohn encontraram, pelo menos, 167 definições diferentes para o termo "cultura". Clifford Geertz, discutia negativamente a quantidade gigantesca de definições de cultura, considerando um progresso de grande valor o desenvolvimento de um conceito que fosse coerente internamente e que tivesse um argumento definido. Assim, definiu cultura como sendo um "padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida."

Por ter sido fortemente associada ao conceito de civilização no século XVIII, a cultura, muitas vezes, se confunde com noções de: desenvolvimento, educação, bons costumes, etiqueta e comportamentos de elite. Essa confusão

entre cultura e civilização foi comum, sobretudo, na França e na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX, onde cultura se referia a um ideal de elite. Ela possibilitou o surgimento da dicotomia (e, eventualmente, hierarquização) entre "cultura erudita" e "cultura popular", melhor representada nos textos de Matthew Arnold, ainda fortemente presente no imaginário das sociedades ocidentais.

Principais conceitos

Ciências sociais - do ponto de vista das ciências sociais (isto é, da sociologia e da antropologia), sobretudo conforme a formulação de Tylor, a cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais (isto é, não naturais ou biológicos) aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade. Essa definição geral pode sofrer mudanças de acordo com a perspectiva teórica do sociólogo ou antropólogo em questão. De acordo com Ralph Linton, "como termo geral, cultura significa a herança social e total da Humanidade; como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social. Assim, cultura, como um todo, compõe-se de grande número de culturas, cada uma das quais é característica de um certo grupo de indivíduos". Enquanto a definição de Tylor é muito genérica, podendo causar confusão quando se propõe uma reflexão mais aprofundada do que é cultura, outras definições são mais restritivas. Os autores debatem se o termo se refere mais corretamente a ideias (Boas, Malinowski, Linton), comportamentos (Kroeber) ou simbolização de comportamento, incluindo a cultura material (L. White). Vale lembrar que, em algumas concepções de cultura, o comportamento é apenas biológico, sendo a cultura a forma como esse conjunto de fatores biológicos se apresentam nas sociedades humanas. Em outras concepções (como onde cultura é entendida como conjunto de ideias), cultura exclui os registros materiais dos homens como tais da classificação (ex. um sofá ou uma mesa não seriam "cultura")

Filosofia - cultura é o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural. No cotidiano das sociedades civilizadas (especialmente a sociedade ocidental) e no vulgo costuma ser associada à aquisição de conhecimentos e práticas de vida reconhecidas como melhores, superiores, ou seja, erudição; este sentido normalmente se associa ao que é também descrito como "alta cultura", e é empregado apenas no singular (não existem culturas, apenas uma cultura ideal, à qual os homens indistintamente devem se enquadrar). Dentro do contexto da filosofia, a cultura é um conjunto de respostas para melhor satisfazer as necessidades e os desejos humanos. Cultura é informação, isto é, um conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que se aprende e transmite aos contemporâneos e aos vindouros. A cultura é o

resultado dos modos como os diversos grupos humanos foram resolvendo os seus problemas ao longo da história. Cultura é criação. O homem não só recebe a cultura dos seus antepassados como também cria elementos que a renovam. A cultura é um fator de humanização. O homem só se torna homem porque vive no seio de um grupo cultural. A cultura é um sistema de símbolos compartilhados com que se interpreta a realidade e que conferem sentido à vida dos seres humanos.

Antropologia - esta ciência entende a cultura como o totalidade de padrões aprendidos e desenvolvidos pelo ser humano. Segundo a definição pioneira de Edward Burnett Tylor, sob a etnologia (ciência relativa especificamente do estudo da cultura) a cultura seria "o complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, morais, leis, costumes e outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade". Portanto corresponde, neste último sentido, às formas de organização de um povo, seus costumes e tradições transmitidas de geração para geração que, a partir de uma vivência e tradição comum, se apresentam como a identidade desse povo.

Descrição

O uso de abstração é uma característica do que é cultura: os elementos culturais só existem na mente das pessoas, em seus símbolos tais como padrões artísticos e mitos. Entretanto, fala-se também em cultura material (por analogia a cultura simbólica) quando do estudo de produtos culturais concretos (obras de arte, escritos, ferramentas etc.). Essa forma de cultura (material) é preservada no tempo com mais facilidade, uma vez que a cultura simbólica é extremamente frágil.

A principal característica da cultura é o chamado mecanismo adaptativo: a capacidade de responder ao meio de acordo com mudança de hábitos, mais rápida do que uma possível evolução biológica. O homem não precisou, por exemplo, desenvolver longa pelagem e grossas camadas de gordura sob a pele para viver em ambientes mais frios – ele simplesmente adaptou-se com o uso de roupas, do fogo e de habitações. A evolução cultural é mais rápida do que a biológica. No entanto, ao rejeitar a evolução biológica, o homem torna-se dependente da cultura, pois esta age em substituição a elementos que constituiriam o ser humano; a falta de um destes elementos (por exemplo, a supressão de um aspecto da cultura) causaria o mesmo efeito de uma amputação ou defeito físico, talvez ainda pior.

Além disso, a cultura é, também, um mecanismo cumulativo. As modificações trazidas por uma geração passam à geração seguinte, de modo que a cultura

transforma-se perdendo e incorporando aspectos mais adequados à sobrevivência, reduzindo o esforço das novas gerações. Um exemplo de vantagem obtida através da cultura é o desenvolvimento do cultivo do solo, a agricultura. Com ela o homem pôde ter maior controle sobre o fornecimento de alimentos, minimizando os efeitos de escassez de caça ou coleta. Também pôde abandonar o nomadismo; daí a fixação em aldeamentos, cidades e estados.

A agricultura também permitiu o crescimento populacional de maneira acentuada, que gerou novo problema: produzir alimento para uma população maior. Desenvolvimentos técnicos – facilitados pelo maior número de mentes pensantes – permitem que essa dificuldade seja superada, mas por sua vez induzem a um novo aumento da população; o aumento populacional é assim causa e consequência do avanço cultural.

Mudança Cultural

A cultura é dinâmica. Como mecanismo adaptativo e cumulativo, a cultura sofre mudanças. Traços se perdem, outros se adicionam, em velocidades distintas nas diferentes sociedades. Dois mecanismos básicos permitem a mudança cultural: a invenção ou introdução de novos conceitos, e a difusão de conceitos a partir de outras culturas. Há também a descoberta, que é um tipo de mudança cultural originado pela revelação de algo desconhecido pela própria sociedade e que ela decide adotar.

A mudança acarreta normalmente em resistência. Visto que os aspectos da vida cultural estão ligados entre si, a alteração mínima de somente um deles pode ocasionar efeitos em todos os outros. Modificações na maneira de produzir podem, por exemplo, interferir na escolha de membros para o governo ou na aplicação de leis. A resistência à mudança representa uma vantagem, no sentido de que somente modificações realmente proveitosas, e que sejam por isso inevitáveis, serão adotadas evitando o esforço da sociedade em adotar, e depois rejeitar um novo conceito. O ambiente exerce um papel fundamental sobre as mudanças culturais, embora não único: os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por contingências ambientais quanto por transformações da consciência social.

Cultura pública

Cultura pública pode ser entendida como senso comum, porém não no sentido pejorativo, e sim como um conjunto de símbolos e sentidos disponíveis publicamente e compartilhados pela sociedade ou por uma comunidade específica. Sendo assim, a cultura pública também se relaciona com a ideia de

comunicação pública, no sentido de ser livre de restrições ou condições e não ser privada ou confidencial. A comunicação pública é o pano onde a cultura pública ganha visibilidade e se desenvolve, pois é debatida e reproduzida.

A cultura pública pode ser discursiva ou expressiva. Ela será discursiva quando se articular na Linguagem escrita ou falada e poderá ser contestada. Por outro lado, será expressiva quando for articulada por meio de Símbolos não-linguísticos, práticas simbólicas e usos figurativos da linguagem.

Cultura versus Entretenimento

Há uma relevante distinção entre cultura e entretenimento. O objetivo do entretenimento é divertir e dar prazer, sem referenciais culturais concretos. Sendo assim, pode-se conceber que haja entretenimento sem cultura.

Antigas culturas zelavam por suas tradições com o intuito de não se perder o registro de dadas experiências vividas por aquele grupo humano, ou em outras palavras, com o intuito de preservação de sua cultura. No entanto, este não é um costume de todos os grupos humanos. Muitas vezes, o entretenimento substitui a cultura para um determinado povo e assim muitas tradições culturais acabam por serem esquecidas.

Atualmente muitos organismos e iniciativas internacionais trabalham pelo resgate e preservação da cultura de distintos povos.

Gestão Cultural

É um termo relativamente recente no cenário cultural brasileiro. A gestão pressupõe procedimentos administrativos e operacionais para a gerência de processos no campo da Cultura e da Arte. A gestão deve estar amparada num claro posicionamento conceitual a orientar seus objetivos. Para melhor conceituarmos o campo da Gestão Cultural, podemos articulá-lo à idéia de mediação de processos de produção material e imaterial de bens culturais e de mediação de agentes sociais os mais diversos. Mediação que busca estimular os processos de criação e de fruição de bens culturais, assim como estimular as práticas de coesão social e de sociabilidade.

Buscando ser mais objetivo, pode-se dizer que a gestão cultural articula planejamento, operacionalização e mediação. Planejamento de eventos, de

programas, de ações, de processos e de políticas em cultura. Operacionalização técnica, financeira, física e humana. Mediação de agentes diversos: governamentais, não-governamentais e comunitários; empresariais, cooperativados ou informais; produtores, viabilizadores e fruidores. E segundo perspectivas temporais que vão do curto ao longo prazo.

O Gestor Cultural

O gestor da cultura é alguém que estabelece com seu objeto e com os sujeitos nele envolvidos relações de compartilhamento de gestão e de responsabilidades. Alguém que entenda as práticas culturais como processos – dinâmicos, ambíguos e sujeitos a significações diversas. Entendendo que a realidade nos fornece a possibilidade que precisamos para ver e aprender com ela, sendo justamente este espaço de mediação que a torna concreta, enquanto possamos abrir devidamente olhos e ouvidos. Sentir potenciais, responder anseios e mesmo ampliá-los, reconhecer diferentes e particularizados modos de agir e de sentir. Planejar segundo os fazeres e os quereres que os diversos indivíduos e grupos deixam aflorar de seus cotidianos.

A gestão cultural pressupõe a formulação dos planos e também dos conceitos que os norteiam. Nesse processo, atuam concretamente planejadores e usuários, que buscam garantir a sustentabilidade das ações. Na gestão, trabalha-se por meio de ações integradas e estruturais, estruturantes e instituintes. Compreende noções básicas de fomento cultural (não somente a satisfação das necessidades culturais das populações envolvidas, mas também a ampliação dessa demanda); de preservação, resgate e vitalização de aspectos de sociabilidade e qualidade de vida; e a própria manutenção da vida com justiça social.

Teoria da cultura

A teoria da cultura é um ramo da antropologia e de outras ciências sociais relacionadas que busca definir uma concepção heurística da cultura tanto em termos operacionais quanto científicos.

No século XIX cultura era definida como uma gama de atividades humanas. Para outros era um sinônimo de civilização. Já no século XX antropólogos

começaram a teorizar sobre a cultura como sendo um objeto de análise científica.

Alguns estudiosos distinguiam estratégias adaptativas humanas das estratégias altamente instintivas dos animais como também dos primatas e de outras espécies não-humanas de hominídeos.

Produção Cultural

O produtor cultural produz espetáculos, mostras, festivais e até programas de TV. Ele planeja, elabora e executa esses projetos, seguindo critérios artísticos, sociais e econômicos.

Pode atuar com teatro, música, dança, circo, artes plásticas e qualquer outra manifestação artística. Ocupa-se de todas as etapas da produção, da captação de recursos financeiros à execução final, passando pela elaboração do orçamento e do cronograma do projeto.

Pode trabalhar com artistas ou com organizações e empresas que possuam atividades voltadas ao setor cultural. Tem, ainda, a possibilidade de atuar no gerenciamento de órgãos públicos e instituições, na elaboração de políticas para o setor artístico e cultural. Em grandes corporações privadas, analisa as propostas de patrocínio.

O que faz o produtor cultural?

Eventos corporativos: organizar congressos, eventos de incentivo a funcionários ou parceiros comerciais e encontros de formação profissional.

Marketing cultural: desenvolver estratégias empresariais de investimento em projetos culturais.

Política cultural: definir as grandes linhas de atuação do governo na área da cultura. Prever e executar atividades em museus, centros culturais e instituições do gênero. Organizar eventos voltados para a preservação do patrimônio histórico ou para a valorização de aspectos culturais de uma determinada região.

Produção executiva: criar e supervisionar projetos artísticos e culturais, como espetáculos, exposições, filmes, vídeos, discos e programas de TV e rádio.

A produção de eventos corporativos é um mercado fértil para os bacharéis, que disputam espaço com os tecnólogos em Eventos. Também há procura por produtores culturais em empresas que organizam festivais, mostras e shows, além de museus, centros culturais, bibliotecas e arquivos, onde fazem a gestão desses espaços.

Por causa da lei federal que define cotas de conteúdo nacional nos canais por assinatura, existem perspectivas na área de produção audiovisual, em que o graduado atua na produção de curtas, longas e séries (para TV ou internet). Nesse caso, enfrenta a concorrência dos graduados em cinema, rádio e TV.

Há ainda espaço para quem quer empreender e desenvolver projetos culturais próprios. Secretarias da Cultura, municipais e estaduais, e fundações oferecem vagas em equipes que elaboram políticas culturais.

Produção cultural

Produção cultural é uma atividade profissional que consiste em gerenciar a organização de eventos culturais ou a confecção de bens culturais. Produtores culturais podem organizar shows, exposições de arte, espetáculos de música, dança, teatro, ou coordenar a gravação de discos, vídeos, programas de TV, rádio e inúmeras outras atividades de expressão cultural

Áreas de atuação

Atuar na área de planejamento e gestão cultural, estabelecendo metas e estratégias para o fomento e a promoção da cultura, em nível público e/ou privado;

Planejar, organizar e divulgar projetos e produtos culturais de toda natureza;

Promover a integração entre a criação artística e a gerência administrativa na produção de espetáculos (teatro, dança, música, circo, etc.), produtos audiovisuais (filmes, telenovelas, discos, CDs, DVDs), obras literárias, entre outros setores da indústria cultural;

Atuar na curadoria e organização de mostras, exposições e festivais em diversas áreas artísticas;

Trabalhar em setores de marketing cultural, desenvolvendo estratégias de investimento em projetos culturais;

Exercer a gerência cultural e operacional em instituições públicas e privadas, atuando em centros culturais, galerias de arte museus, bibliotecas, teatros, cinemas;

Compor equipes governamentais de gestão cultural em níveis municipal, estadual e federal, auxiliando na definição de políticas públicas para a cultura;

Contribuir nas ações de preservação e revitalização do patrimônio cultural;

Atuar em ensino, pesquisa e extensão no magistério superior na área de Produção Cultural e áreas afins.

Dentre outras

Produtor cultural

Produtor cultural é uma pessoa que realiza atividades de produção cultural, de forma voluntária ou profissional.

Trata-se de uma atividade que vem ganhando reconhecimento profissional e para a qual tem crescido a oferta de ensino no Brasil de forma significativa.

Por ocupar-se com cultura, a qual é transversal à maior parte das atividades humanas, as produções culturais podem ser realizadas por pessoas que trabalhem com arte, comunicação, organização de eventos, ceremonial de eventos, feiras e eventos, administração, engenharia, arquitetura, turismo, gastronomia, moda, design, marketing e, mais recentemente, pessoas que utilizam novas tecnologias de informação e comunicação: internet, sites, blogs, redes sociais, tablets, celulares.

Perfil

Há uma diversidade muito grande de perfis deste profissional. Uma boa noção pode ser obtida através do projeto "Produção Cultural no Brasil" que ouviu em 2010 profissionais do mercado brasileiro. Nestas entrevistas os pesquisadores identificaram os seguintes perfis: produtor de recursos, produtor de talentos, produtor gestor, produtor aprendiz, produtor executivo, produtor agitador, produtor meio, produtor social, produtor autodidata, produtor empresário, produtor por acaso.

Marketing Cultural

Marketing cultural é toda ação de marketing que usa a cultura como meio de comunicação para difundir o nome, produto ou fixar a imagem de uma empresa patrocinadora. Para fazer marketing cultural na existe uma formula fechada, ou seja, há variáveis que, se juntas, podem resultar em uma ótima ação de marketing. Para atingir o público alvo o idealizador do projeto tem que ser criativo, ou seja, tem que administrar adequadamente os recursos disponíveis de forma a atender os objetivos de comunicação da empresa.

O marketing cultural vem ganhando força no meio empresarial por que apresenta soluções relativamente baratas a três novas exigências do mercado:

Necessidade de diferenciação das marcas;

Diversificação do mix de comunicação das empresas;

Necessidade das empresas se posicionarem como socialmente responsáveis;

Ao patrocinar um projeto cultural a empresa se diferencia das demais a partir do momento em que toma pra si determinados valores relativos ao projeto patrocinado. Também amplia a forma como se comunica com seu público alvo e mostra para a sociedade que não está encastelada em torno da sua lucratividade e de seus negócios.

A partir do momento em que uma empresa empreende uma ação de marketing usando como ferramenta a cultura, ela está fazendo marketing cultural. Mas nem sempre o patrocínio vem em forma de dinheiro, pode ser uma troca por passagens aéreas, estadias, refeições. O importante é que a ação de marketing deve se encaixar perfeitamente ao perfil da empresa, ao público alvo e ao objetivo buscado. No inicio as empresas investiam em marketing cultural visando às leis de incentivo, que financeiramente era um bom negócio. Depois compreenderam que essas ações solidificavam a imagem institucional da empresa e davam visibilidade para a marca. Muitos acham que só as grandes empresas investem em marketing cultural, mas não são apenas as grandes que investem, mas é a maioria por vários motivos e o principal é o desconhecimento das leis de incentivo e dos benefícios que uma ação de

marketing cultural pode trazer para a empresa. Os empresários acham que com o volume pequeno de dinheiro que as pequenas e medianas empresas movimentam não poderia arcar com os custos de um projeto cultural. No entanto, existem projetos para todos os bolsos.

Do ponto de vista financeiro, dependendo do marketing cultural escolhido pela empresa, podendo adquirir até em 100% do valor investido; já do ponto de vista mercadológico a aceitação e a imagem institucional dessa empresa vai ter uma afirmação maior junto ao seu público alvo, garantindo assim a empresa a sua solidificação e sua perenização no mercado. Se a empresa aplicar algumas outras ações de marketing seus benefícios serão ampliados.

A diferença do marketing cultural para o mecenato, é que no marketing cultural (ou patrocínio cultural) a empresa não faz por caridade e sim para obter retorno; já no mecenato a empresa geralmente representada pelo seu presidente se identificar com alguma área e nela investe sem buscar retornos.

As empresas geralmente preferem patrocinar projetos culturais ligados a alguém famosa, para ter a imagem da empresa ligada ao artista assim aumentando a credibilidade do projeto e da própria empresa.

O conceito de Marketing Cultural é relativamente novo, para entendermos este conceito é interessante observar as mudanças do conceito de marketing ao longo da história. Marketing Cultural é uma ferramenta de comunicação que, se aplicada com critério e seriedade, só oferece vantagens para os patrocinadores, artistas, produtores e, alvo maior, o cidadão brasileiro. De 1994 para cá o número de empresas que passaram a investir em cultura sextuplicou e cada vez mais pessoas ingressam nesse mercado anualmente. E são para esses novos navegantes - produtores, artistas, estudantes ou empresários - que preparamos esta série de informações úteis para uma melhor compreensão sobre como a cultura pode ser seu próprio agente de difusão.

Marketing

O conceito de marketing ganha força nos Estados Unidos dos anos 50 em um contexto de forte crescimento da industrialização. O marketing neste período é centralizado no produto e em sua divulgação.

Após a década de 1970 algumas mudanças sócio-políticas irão transformar essa ideia. Neste período acontece uma grande crise no petróleo o que

resultou em um grande aumento no seu preço, gerando recessão nos EUA e Europa enquanto outros mercados apareciam, incluindo o Japão recuperando-se da segunda Guerra Mundial.

Esses fatores colocaram os consumidores em contato com mercados de diversas partes do mundo. A partir de então o marketing muda seu foco do produto para o consumidor, é onde surge a máxima o “cliente é o rei” ou o “cliente tem sempre razão”. Uma empresa vitoriosa, neste contexto, atenderá as demanda de seu cliente com eficiência e boa comunicação.

A partir dos anos 1990 em diante a era da informação aliada ao crescimento na importância das questões ambientais e sociais para o consumidor vai transformar novamente o conceito de marketing que agora o buscará responder a valores sociais que ajudem a transformar o mundo em um lugar melhor. O pesquisador Philip Kotler chama este tipo de marketing no Marketing 3.0.

Marketing 1.0 - 1950 – 1960 - Foco: Produto (Conceito de Marketing)

Marketing 2.0 - 1970 -1980 - Foco: Consumidor (Desenvolvimento de Produto)

Marketing 3.0 - 1990 – Hoje - Foco: Valores (DiferenciaçãoValores)

Marketing Cultural no Brasil

O termo marketing cultural no Brasil ganha maior visibilidade no final dos anos 1980 com as leis de incentivo a cultura, inicialmente Lei Sarney e depois Lei Rouanet, embora este tipo de patrocínio também possa ser realizado de forma direta. Entendemos como marketing cultural a parcela do departamento de marketing empresarial que se dedica ao patrocínio de projetos culturais. Ao pensarmos no marketing 3.0, voltado a valores, o marketing cultural tem um papel central pois tende a construir propostas sociais mais plurais, inclusivas e humanamente centradas, seja na apresentação de um show, uma peça de teatro, uma exposição ou uma oficina cultural.

Benefícios do Marketing Cultural

Alguns benefícios do investimento em marketing cultural para empresas:

Ganho de imagem institucional;

Agregação de valor à marca;

Reforço do papel da empresa na localidade onde atua;
Desenvolvimento de novas oportunidades de negócio;
Reforço da política de relacionamento da empresa com outras esferas do governo.

O que uma empresa ganha fazendo marketing cultural?

Inicialmente as empresas começaram a investir em marketing cultural porque, devido às leis de incentivo, financeiramente era um bom negócio. Depois, elas compreenderam que essas ações de marketing solidificavam a imagem institucional da empresa e davam visibilidade para a marca. Desse modo, o investimento em cultura pode ser visto como uma oportunidade para as empresas participarem do processo de incremento e manutenção dos valores culturais da sociedade e, principalmente, a possibilidade de construir uma imagem forte e bem posicionada para o consumidor, garantindo a curto, médio e longo prazo sua perpetuação. Nesse aspecto, o marketing cultural trabalha a imagem da empresa, por meio da marca, de forma consciente e inconsciente. Por que comprar este ou aquele sabonete? A resposta para essa pergunta vem da competitividade do produto, mas também é fruto do trabalho de marketing dessa empresa.

Qual o peso da cultura na economia nacional?

Segundo estudo encomendado pelo Ministério da Cultura à Fundação João Pinheiro, em 1997 a produção cultural movimentou no Brasil aproximadamente R\$ 6,5 bilhões, o que correspondia na época a cerca de 0,8% do PIB brasileiro. Em 1994, quando foi feito o último levantamento, a cultura empregava 510 mil pessoas, considerando-se todos os seus setores e áreas. Esse contingente era 90% maior do que o empregado pelas atividades de fabricação de equipamentos e material elétrico e eletrônico; 53% superior ao da indústria automobilística, de autopeças e fabricação de outros veículos e 78% maior do que o empregado em serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, distribuição de água e esgoto). Ou seja, a cultura tem um peso econômico importante no Brasil de hoje, destacando-se inclusive como grande geradora de empregos. Mas esses números estão muito defasados e não houve nenhuma outra pesquisa aprofundada até agora.

Marketing cultural

"Marketing cultural" é o conjunto de ações de marketing (estratégias) em que se utiliza a Cultura (conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social) para divulgar, projetar e/ou fixar a imagem, nome ou produto de uma organização, projeto ou marca. É aplicado por meio de estratégias de comunicação empresarial e governamental a um povo ou população por se associar a expressões e manifestações artísticas. Fomentar projetos culturais permite a troca de interesses: de um lado, o reconhecimento e do outro, a satisfação pessoal, de um grupo, de uma classe etc. Utilizar essas ações podem ser benéficas ao terem um retorno financeiro apoiada nas Leis de Incentivo Fiscal além da contribuição do reforço cultural para a sociedade.

Como gerir um evento de teatro

Muitas empresas enfrentam diariamente este desafio: o de motivar e estimular seus funcionários a melhorar seus desempenhos dentro da organização. Tarefa muitas vezes difícil e complicada. Mas algumas empresas estão mudando este quadro com resultados muito satisfatórios.

A tática que está sendo desenvolvida é nova e promete melhorar e muito as atividades comuns do dia a dia empresarial, envolvendo toda a hierarquia corporativa.

De acordo com as informações que são passadas, a companhia teatral especializada, monta as cenas com base nos acontecimentos do ambiente, que possivelmente estão tendo reflexos negativos nas atividades desenvolvidas.

O funcionário se identifica com as cenas vistas de outro ângulo e passa a ter uma nova visão sobre estes acontecimentos e desenvolvendo este novo ponto de vista, a mudança reflete diretamente de forma positiva sobre os resultados de seu trabalho.

Após a encenação ocorrem os debates, depoimentos e os resultados são repassados para a direção, que começa a entender as dificuldades, trabalhando efetivamente para combatê-las. O resultado é imediato a atua positivamente na produtividade da organização.

Criando este novo canal de comunicação interna de uma organização, pode ainda apresentar uma ótima forma de assimilação do conteúdo de palestras, ou treinamentos que passados antes de forma convencional não surtiam o mesmo efeito, dado a falta de atenção de muitas pessoas a eventos deste tipo.

Uma peça de teatro tem o dom de envolver a pessoa que está assistindo, este é grande sucesso do método. A gestão de pessoas passou por grande mudança, foi o tempo que só se focava em resultados, sem levar em conta a qualidade do ambiente, e a satisfação de seus colaboradores, onde um baixo rendimento era convertido em demissão sem avaliar os reais motivos.

Desenvolver a socialização, diminuindo os problemas da convivência diária entre pessoas de diferentes perfis, mantendo uma equipe de trabalho constantemente motivada é um desafio e tanto, e o teatro é mais uma ferramenta dos melhores gestores e das melhores empresas, ao alcance de todas.

Montagem de espetáculos: Gestão e Produção

Antes de conhecer este negócio, vale ressaltar que os tópicos a seguir não fazem parte de um Plano de Negócio e sim do perfil do ambiente no qual o empreendedor irá vislumbrar uma oportunidade de negócio como a descrita a seguir. O objetivo de todos os tópicos a seguir é desmistificar e dar uma visão geral de como um negócio se posiciona no mercado. Quais as variáveis que mais afetam este tipo de negócio? Como se comportam essas variáveis de mercado? Como levantar as informações necessárias para se tomar a iniciativa de empreender

A história dos espetáculos de arte se confunde com a própria história da humanidade. Se no passado as encenações eram produzidas como rituais de celebração, agradecimento ou perda, hoje seu principal papel é entreter e educar. Desde as danças coletivas e dramas da antiguidade aos grandes espetáculos de dança, música, teatro, circo, cultura popular e, até mesmo, dos espetáculos esportivos dos dias atuais, o homem conta um pouco da sua história, se diverte e emociona-se. O sucesso de um show não depende somente do talento do artista, mas também da habilidade da equipe responsável pela sua montagem, seja ele realizado em um teatro, estádio ou até dentro de uma fábrica. Em algumas cidades brasileiras já existem empresas especializadas em montagem de espetáculos motivacionais e educacionais sobre temas como melhoria das vendas, atendimento, segurança no trabalho, etc para corporações. Como em outras atividades humanas, também neste setor, o planejamento está na base de todos os projetos. Isso

pode incluir a escolha do tema do espetáculo, identificação das fontes de financiamento, obtenção de patrocínios e/ou alocação de recursos próprios, para pagamento de cachês para os artistas, aluguel de arenas, clubes, auditórios, teatros, etc, assim como, o gerenciamento de todos os demais custos e riscos inerentes ao negócio. Além disso, as empresas de espetáculos, em geral, cuidam da contratação dos trabalhadores que direta ou indiretamente participarão do evento e de toda a logística envolvida na instalação do show. Neste ramo o empresário só irá no final do show. Cabe a empresa de montagem de espetáculos garantir que as apresentações sejam executadas com sucesso, agradando à audiência e alcançando os objetivos planejados. Montar espetáculos é fazer parte da chamada economia da cultura, um setor que assume maior peso a cada ano na economia das nações.

Para registro e legalização da empresa, é recomendável a contratação de um Contador. Um contabilista registrado poderá lhe auxiliar na escolha da melhor forma jurídica para o seu negócio, elaborar os documentos constitutivos e realizar o registro junto aos órgãos responsáveis: - Junta Comercial; - Secretaria da Receita Federal (CNPJ); - Secretaria Estadual da Fazenda; - Prefeitura do Município para obter o alvará de funcionamento; - Enquadramento na Entidade Sindical Patronal (a empresa ficará obrigada ao recolhimento anual da Contribuição Sindical Patronal). - Cadastramento junto à Caixa Econômica Federal no sistema “Conectividade Social – INSS/FGTS”. Para os empreendedores que desejarem instalar a Empresa de Montagem de Espetáculos em imóveis comerciais (sala, loca galpões comerciais, etc), deverá ser providenciado: - Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar. - Visita à prefeitura da cidade onde pretende montar a sua empresa (quando for o caso) para fazer a consulta de local. A montagem de espetáculos é uma atividade empresarial regulamentada pela Lei nº 6.533 de maio de 1978 que dispõe que o exercício das profissões de Artista e de Técnico em Espetáculos de Diversões, requer prévio registro na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho. A Lei nº 6.533 estabelece no seu Art. 7º - Para registro do Artista ou do Técnico em Espetáculos de Diversões, é necessária a apresentação de: I - diploma de curso superior de Diretor de Teatro, Coreógrafo, Professor de Arte Dramática, ou outros cursos semelhantes, reconhecidos na forma da Lei; ou II - diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais de 2º Grau de Ator, Contra-regra, Cenotécnico, Sonoplasta, ou outras semelhantes, reconhecidas na forma da Lei; ou III - atestado de capacitação profissional fornecido pelo Sindicato representativo das categorias profissionais e, subsidiariamente, pela Federação respectiva. A seguir relacionamos outras leis no âmbito Federal, aplicáveis a este segmento empresarial: Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet) - Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio a Cultura – PRONAC – Fundo

Nacional de Cultura (FNC), Fundos de Investimento Cultural e Artístico (FICART) e Incentivo a Projetos Culturais – e dá outras providências. Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999 – Altera dispositivos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e dá outras providências. Lei nº. 9.999, de 30 de agosto de 2000 – Altera o inciso VIII do art. 5º da Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº. 9.312, de 5 de novembro de 1996, que restabelece princípios da Lei nº. 7.505, de 2 de julho de 1986; institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC e dá outras providências, aumentando para três por cento da arrecadação bruta das loterias federais e concursos de prognósticos destinados ao Programa. Lei nº. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 – Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Esta Lei regula os Direitos Autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhe são conexos. - Nacionalmente, a legislação básica aplicável referente à poluição sonora é a seguinte: artigo 225 da Constituição Federal; Lei nº. 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; Decreto nº. 99.274/90 que regulamenta a Lei nº. 6.938/81, Resolução CONAMA nº. 001, de 08.03.1990, que estabelece critérios e padrões para a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais; a Resolução CONAMA nº. 002, de 08.03.1990, que institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora, Silêncio. - - Lei nº. 2.519/96 – Meia-entrada para estudantes. - Lei nº. 3.364/00 – Meia-entrada – jovens. – Lei nº. 4.240/03 – Meia-entrada para deficientes. - MP nº. 2.208/01 - Identificação do estudante (Federal). - Lei nº. 10.741/03 - Estatuto do Idoso. O empreendedor deverá verificar junto a Secretaria de Cultura de seu Estado / Município a legislação existente sobre a montagem e financiamento de projetos culturais. Deve ainda, consultar o código de posturas de sua cidade sobre a realização de espetáculos públicos.

Diretor Teatral

É importante já dizer logo de cara que o papel de um diretor teatral importa sim. E muito! O diretor teatral é a figura que gera unidade ao grupo e é responsável por coordenar todos os trabalhos. Se esse diretor é uma pessoa com boa experiência teatral e boa capacidade de gerir grupos, então podemos esperar um bom resultado dos seus trabalhos.

Alguns grupos de teatro preferem trabalhar de forma mais colaborativa e sem uma hierarquia muito bem definida. Contudo, tal estilo de trabalho só é recomendado para grupos de pessoas com uma boa experiência teatral. Pode-se cair no risco de se fazer uma montagem teatral bagunçada e com muitos conflitos. Para que isso não ocorra é importante que se tenha uma liderança bem definida que estará à frente da montagem da peça de teatro. Essa pessoa

é o diretor teatral. Ele fica encarregado de coordenar as demais equipes de trabalho artístico (iluminação, figurino, cenografia, sonoplastia, etc.) e gerar uma unidade fazendo com que todos trabalhem em prol de uma determinada visão do espetáculo. Essa visão vem do diretor. Em muitos casos o diretor é responsável por coordenar os ensaios e acompanhar o andamento do cronograma de atividades para que tudo seja feito em tempo hábil e com a melhor qualidade possível. Em outros casos ele pode delegar alguém para a função de encenador e essa pessoa irá lidar de forma mais direta com a condução dos ensaios.

Em muitos grupos de teatro católico é comum que uma mesma figura coordene o grupo, escreva e dirija as peças de teatro. Em alguns casos essa pessoa pode ainda vir a desempenhar ainda outras funções no teatro. É importante ter cuidado com isso. O ideal é que se trabalhe com equipes bem divididas e o diretor supervisione tudo. Com isso, evita-se sobrecarregar alguém e ainda se pode fomentar o desenvolvimento de novas habilidades nas pessoas que compõe o grupo de teatro. Um bom diretor de teatro não é uma pessoa centralizadora e autoritária, mas alguém que sabe extrair o melhor de cada pessoa envolvida no processo. No caso do teatro católico vale sempre lembrar a importância da caridade e do respeito no trato com as pessoas. Os diretores de teatro católico são chamados a se importarem com as pessoas que desempenham suas funções e a cada um é importante um espírito de cooperação e obediência em relação ao diretor.

A figura do diretor de teatro é tão importante que em muitos cartazes de divulgação de peças de teatro é o seu nome que aparece logo após o título da peça. O diretor recebe um texto de teatro escrito por um dramaturgo e trabalha com esse texto, dando a ele uma interpretação sua. Um mesmo texto pode gerar peças de teatro com estilos e dinâmicas diferentes dependendo dos diretores envolvidos. Essa é a beleza da arte! A possibilidade de múltiplos olhares e múltiplos sentidos atingindo as mais diversas pessoas de formas novas. É importante que todos os atores estejam dóceis a serem conduzidos. Eles podem e devem propor ideias, construir em parceria. Mas, estarem avisados de que a palavra final é do diretor teatral. Alguns diretores são muito diretivos. Gostam de indicar demais e de dar tudo muito “mastigadinho” e até mesmo de forma rígida para que o ator siga. Isso é um problema, pois inibe a capacidade criativa que cada ator possui. Outros diretores são flexíveis demais, molengas e permitem que alguns atores com personalidade forte demais se imponham ao grupo. O ideal é que o diretor se posicione no meio desses extremos e se assuma como um líder de um grupo. Nem é fazer tudo sozinho. E nem é se omitir diante das suas responsabilidades perante o grupo.

Por fim, é importante frisar que todas as funções são importantes para a montagem de uma peça de teatro. Mas, em um teatro que busque a evangelização a pessoa mais importante é Deus. Sendo Deus o mais

importante, Ele precisa estar presente nos artistas envolvidos para que possa chegar ao público do espetáculo. Nesse sentido, o Diretor por excelência é Deus. Nós somos apenas servos inúteis e muito amados.

Gestão de Eventos

Organizar um evento requer muito planejamento, cuidado e coordenação, resumindo, o gerenciamento de eventos pode ser incrivelmente estressante.

São várias demandas que estão ligadas ao processo de gestão de eventos. Muitas das tarefas envolvem a gestão do orçamento, da equipe e ainda a necessidade de garantir uma ótima experiência aos participantes.

Para um profissional experiente, isso não é nenhuma surpresa. Mas, para os organizadores de primeira viagem, os quais não estão acostumados a organizar eventos, a quantidade de pressão e estresse pode trazer sérios problemas à saúde.

Por incrível que pareça, a gestão de eventos é citada como um dos trabalhos mais estressantes do mundo.

Planeje as tarefas de forma realista

Um bom planejamento, garante uma boa gestão de eventos! Por isso, planejar é o primeiro passo. Para dar início ao planejamento de um evento, você deve pensar nos objetivos e nos prazos de maneira realista. Não adianta querer um resultado dentro de um curto prazo se vai gerar mais estresse!

Se você ainda não escolheu a data do evento, considere colocar uma ou duas semanas extras para dedicar ao planejamento.

Dedicar tempo extra na fase de planejamento ajuda a rever todos os detalhes de formas que você provavelmente não faria se estivesse sob pressão de tempo.

Há muitos componentes diferentes em um evento: local, alimentação, listas de convidados, pessoal, entretenimento, segurança, etc.

Se você estiver executando um evento pela primeira vez, fazer malabarismos com todos esses fatores pode ser um desafio. Visualizar todas as suas tarefas

em um checklist pode ser incrivelmente útil. Diversos organizadores nos relataram que utilizam diversos Post-its espalhados no escritório.

No entanto existem diversas ferramentas on-line que ajudam a manter a organização.

Faça a listagem (bem detalhada) de todas as tarefas que devem ser executadas antes, durante e depois do evento. Isso irá guiar você na hora de determinar qual a responsabilidade de cada membro da equipe

É muito importante que o clima entre os membros da equipe esteja harmonioso. Já pensou no quanto a junção das demandas que o evento já possui, somadas aos conflitos dentro da equipe?

Você deve promover o espírito coletividade e de ajuda mútua entre as pessoas que estão trabalhando juntas para que o evento aconteça.

Além disso, evite realizar várias tarefas ao mesmo tempo! Isso aumenta o risco de não conseguir realizá-las perfeitamente. Para evitar o evite o estresse de fazer várias tarefas ao mesmo tempo na fase de pré e pós-evento, se organize e divida as tarefas entre sua equipe.

É válido, também, aprimorar ao máximo a comunicação interna da equipe! Diferentes pessoas realizam tarefas de diferentes competências, porém tudo deve estar integrado e a falta de comunicação pode gerar mais conflito e estresse.

É importantíssimo na gestão de eventos, que toda a equipe esteja ciente do que está acontecendo na execução das tarefas como um todo.

É óbvio que você espera que o seu evento corra da melhor forma possível, sem nenhum imprevisto ou problema, certo? Mas, lembre-se que o desconhecido gera estresse! É importante que você e sua equipe de gestão de eventos estejam preparados para possíveis problemas (e saibam lidar com a crise).

Você deve pensar nas soluções em conjunto com a sua equipe de organização, assim todos saberão como lidar eficazmente com qualquer coisa que possa atrapalhar o seu evento.

Você deve saber que a gestão de eventos envolve todo o processo desde o planejamento até a divulgação! São semanas de trabalho para a escolha do tema, local, oradores, entre outras tarefas.

Além da importância da logística do evento, é fundamental divulgá-lo. E você não pode negar que as redes sociais possuem uma grande força na hora de divulgar seu evento.

Mas qual a vantagem do meio online? Ao contrário da publicidade tradicional, é possível divulgar seu evento de várias formas, mesmo com um orçamento baixo.

Por isso, você deve traçar uma estratégia online de divulgação. Você deve se basear no seu público-alvo, através das redes sociais, site e tentar fazer parcerias com outros sites da mesma temática do evento.

E como montar essa estratégia de divulgação? Reunimos 5 meios de divulgação online para te ajudar nesse processo, que usados conjuntamente vão fazer seu evento decolar.

Produção - Conceito

O termo produção se refere a qualquer tipo de atividade destinada à fabricação, elaboração ou obtenção de bens e serviços. No entanto, a produção é um processo complexo que exige vários fatores que podem ser divididos em três grandes grupos: a terra, o capital e o trabalho.

A terra é o fator produtivo que engloba os recursos naturais; o trabalho é o esforço humano destinado à criação de benefício; e finalmente, o capital é um fator derivado dos outros dois e que representa o conjunto de bens que além de poder ser consumido diretamente, também serve para aumentar a produção de outros bens. A produção combina estes elementos para satisfazer as necessidades da sociedade a partir do reconhecimento da demanda de bens e serviços.

A diferença entre o volume do produzido em torno de dinheiro em relação aos bens consumidos explica o valor acrescentado a estes recursos. Assim, de acordo com a diferença que é feita a utilização dos fatores de produção em relação aos valores de produção final é que se terá referência da rentabilidade ou do lucro da organização comercial.

As empresas estão continuamente medindo, reorganizando e combinando estes fatores de modo cada vez mais inovador a fim de baixar os custos ou explicar a alta demanda de bens ou serviços oferecidos por um preço superior e lucros mais elevados. No entanto, o descrito é o modo como se desenvolve a atividade produtiva em uma economia de mercado.

Por exemplo, podemos falar de um modo de produção primitiva, onde a propriedade da terra era compartilhada e a produção limitada até o surgimento da divisão de trabalho; após isso, podemos referir às formas de produção baseadas na escravidão, onde os trabalhadores eram propriedade de outros homens ou de uma determinada organização política; posteriormente surgiu o feudalismo, que estabelecia uma relação entre o servo e o senhor feudal, onde havia a troca de proteção política e militar por trabalho na terra.

O capitalismo revolucionou definitivamente as relações de produção, deixando de lado qualquer vestígio de produção que não se baseasse no uso de capital. Isso aumentou consideravelmente a produtividade da sociedade, embora também deixasse evidente a enorme diferença entre a riqueza e a pobreza.

A Produção (palavra etimologicamente derivada do latim *producere*, que significa “fazer aparecer”) é um tipo de fenómeno económico que consiste na actuação do Homem sobre a Natureza com o objectivo de obter, através de um determinado processo produtivo, bens (incluindo produtos e serviços) necessários para a satisfação das suas necessidades. Dito de outra forma, a produção inclui os bens iniciais e todas as operações e factores de produção que lhe agreguem valor. Tendo em conta esta definição, constituem operações de produção diverso tipo de actividades, entre as quais a transformação industrial, o armazenamento, o transporte, a comunicação e marketing, a distribuição e venda e a prestação de serviços, pois todas estas actividades adicionam valor ao bem inicial.

Em termos teóricos e no âmbito da ciência económica, a produção de qualquer bem (ou melhor, a quantidade produzida) pode ser definida em função dos factores de produção utilizados mediante uma função matemática designada por função produção.

Diversidade cultural

Em sociologia, diversidade cultural diz respeito à existência de uma grande variedade de culturas antrópicas. Há vários tipos de manifestações culturais que nos revelam essa variedade, tais como:

a linguagem, danças, vestuário, religião e outras tradições como a organização da sociedade.

A diversidade cultural é algo associado à dinâmica do processo aceitativo da sociedade. Pessoas que por algumas razões decidem pautar suas vidas por normas pré-estabelecidas tendem a esquecer suas próprias idiossincrasias

(mistura de culturas). Em outras palavras, o todo vigente se impõe às necessidades individuais. O denominado "status quo" deflagra natural e espontaneamente, e como diria Hegel, num processo dialético, a adequação significativa do ser ao meio. A cultura insere o indivíduo num meio social.

O termo diversidade diz respeito à variedade e convivência de ideias, características ou elementos diferentes entre si, em determinado assunto, situação ou ambiente. Cultura (do latim cultura, cultivar o solo, cuidar) é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferente capacidade de agir. São práticas e ações sociais que seguem um padrão determinado no espaço/tempo. Se refere a crenças, comportamentos, valores, instituições, regras morais que permeiam e "preenchem" a sociedade. Explica e dá sentido a cosmologia social, é a identidade própria de um grupo humano em um território e num determinado período.

A ideia de diversidade está ligada aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes ângulos de visão ou de abordagem, heterogeneidade e variedade. E, muitas vezes, também, pode ser encontrada na comunhão de contrários, na intersecção de diferenças, ou ainda, na tolerância mútua. A diversidade cultural é complicada de quantificar, mas uma boa indicação é pensar em uma contagem do número de línguas faladas em uma região ou no mundo como um todo.

Através desta medida, há sinais de que podemos estar atravessando um período de declínio precipitado na diversidade cultural do mundo. Pesquisa realizada na década de 1990 por Luã Queiros (Professor Honorário de Linguística na University of Wales, Bangor) sugeriu que naquela época em média, uma língua caía em desuso a cada duas semanas. Ele calculou que se a taxa de mortalidade de línguas continuasse até o ano 2100, mais de 90% dos estilos falados atualmente no mundo serão extintos.

A Origem da Diversidade Cultural

Há um consenso geral entre os principais antropólogos que o primeiro homem surgiu na África, há cerca de dois milhões de anos atrás. Desde então, temos nos espalhados por todo o mundo, com sucesso em nos adaptarmos às diferentes condições, como por exemplo, as mudanças climáticas. As muitas sociedades que surgiram separadas por todo o globo diferiam sensivelmente umas das outras, e muitas dessas diferenças persistem até hoje.

Bem como os mais evidentes as diferenças culturais que existem entre os povos, como a língua, vestimenta e tradições, também existem variações

significativas na forma como as sociedades organizam-se na sua concepção partilhada da moralidade e na maneira como interagem no seu ambiente. Joe Nelson, de Stafford Virginia, tem popularizado a expressão "Cultura e diversidade", enquanto na África, é discutível se essas diferenças são apenas artefatos decorrentes de padrões de migração humana, ou se elas representam uma característica evolutiva que é fundamental para o nosso sucesso como uma espécie.

Por analogia com a biodiversidade, que é considerada essencial para a sobrevivência a longo prazo da vida na Terra. É possível argumentar que a diversidade cultural pode ser vital para a sobrevivência a longo prazo da humanidade e que a preservação das culturas indígenas pode ser tão importante para a humanidade como a conservação das espécies e do ecossistemas para a vida em geral.

Este argumento é rejeitado por muitas pessoas, por várias razões:

Em primeiro lugar, como a maioria das questões evolutivas da natureza humana, a importância da diversidade cultural para a sobrevivência pode ser uma hipótese impossível de testar, que não podem ser provadas nem refutadas.

Em segundo lugar, é possível argumentar que é antiético conservar deliberadamente sociedades "menos desenvolvidos", pois isso irá negar às pessoas dentro dessas sociedades os benefícios de avanços tecnológicos e médicos desfrutado por aqueles no mundo "desenvolvido".

Finalmente, há muitas pessoas, especialmente aquelas com fortes convicções religiosas, que afirmam que é do interesse dos indivíduos e da humanidade como um todo, que todos respeitem o único modelo de sociedade que eles considerem correcto. Por exemplo, organizações missionárias evangelistas fundamentalistas como a Missão Novas Tribos do Brasil trabalham ativamente para reduzir a diversidade cultural, procurando remotas sociedades tribais, convertendo-as à sua própria fé, e induzindo-os a remodelação de sua sociedade de acordo com os seus princípios.

Existem várias organizações internacionais que trabalham para proteger sociedades e culturas, incluindo a Survival International e a UNESCO. A Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, aprovada por 185 Estados-Membros em 2001, representa o primeiro instrumento de definição de padrão internacional destinado a preservar e promover a diversidade cultural e o diálogo intercultural

A cultura do Brasil é uma síntese da influência dos vários povos e etnias que formaram o povo brasileiro. Não existe uma cultura brasileira perfeitamente homogênea, e sim um mosaico de diferentes vertentes culturais que formam, juntas, a cultura do Brasil. Naturalmente, após mais de três séculos de colonização portuguesa, a cultura do Brasil é, majoritariamente, de raiz lusitana.

É justamente essa herança cultural lusa que compõe a unidade do Brasil: apesar do povo brasileiro ser um mosaico étnico, quase todos falam a mesma língua (o Português Brasileiro, além de muitas outras, principalmente indígenas) e a maioria é cristã, com largo predomínio de católicos. Esta igualdade linguística e religiosa é um fato raro para um país de grande tamanho como o Brasil, especialmente em comparação com os países do Velho Mundo.

As influências indígenas e africanas deixaram marcas no âmbito da música, da culinária, do folclore, do artesanato, dos caracteres emocionais e das festas populares do Brasil, assim como centenas de empréstimos à língua portuguesa (antes da chegada dos portugueses aqui era falado tupi-guarani). É evidente que algumas regiões receberam maior contribuição desses povos: os estados do Norte têm forte influência das culturas indígenas, enquanto algumas regiões do Nordeste têm uma cultura bastante africanizada, sendo que, em outras, principalmente no sertão, há uma intensa e antiga mescla de caracteres lusitanos e indígenas, com menor participação africana.

No Sul do país, as influências de imigrantes italianos e alemães são evidentes, seja na língua, culinária, música e outros aspectos. Outras etnias, como os árabes, espanhóis, poloneses e japoneses contribuíram também para a cultura do Brasil, porém, de forma mais limitada.

O substrato básico da cultura brasileira formou-se durante os séculos de colonização, quando ocorre a fusão primordial entre as culturas dos indígenas, dos europeus, especialmente portugueses, e dos escravos trazidos da África subsahariana. A partir do século XIX, a imigração de europeus não-portugueses e povos de outras culturas, como árabes e asiáticos, adicionou novos traços ao panorama cultural brasileiro. Também foi grande a influência dos grandes centros culturais dos países que exportam hábitos e produtos culturais para o resto do globo.

Os portugueses

Dentre os diversos povos que formaram o Brasil, foram os europeus aqueles que exerceiram maior influência na formação da cultura brasileira, principalmente os de origem portuguesa.

Durante 322 anos o território foi colonizado por Portugal, o que implicou a transplantação tanto de pessoas quanto da cultura da metrópole para as terras sul-americanas. O número de colonos portugueses aumentou muito no século XVIII, na época do Ciclo do Ouro. Em 1808, a própria corte de D. João VI mudou-se para o Brasil, um evento com grandes implicações políticas, econômicas e culturais. A imigração portuguesa não parou com a Independência do Brasil: Portugal continuou sendo uma das fontes mais importantes de imigrantes para o Brasil até meados do século XX.

A mais evidente herança portuguesa para a cultura brasileira é a língua portuguesa, atualmente falada por todos os habitantes do país. A religião católica, crença da maioria da população, é também decorrência da colonização. O catolicismo, profundamente arraigado em Portugal, legou ao Brasil as tradições do calendário religioso, com suas festas e procissões. As duas festas mais importantes do Brasil, o carnaval e as festas juninas, foram introduzidas pelos portugueses. Além destas, vários folguedos regionalistas como as cavalhadas, o bumba-meу-boi, o fandango e a farra do boi denotam grande influência portuguesa. No folclore brasileiro, são de origem portuguesa a crença em seres fantásticos como a cuca, o bicho-papão e o lobisomem, além de muitas lendas e jogos infantis como as cantigas de roda.

Na culinária, muitos dos pratos típicos brasileiros são o resultado da adaptação de pratos portugueses às condições da colônia. Um exemplo é a feijoada brasileira, resultado da adaptação dos cozidos portugueses. Também a cachaça foi criada nos engenhos como substituto para a bagaceira portuguesa, aguardente derivada do bagaço da uva. Alguns pratos portugueses também se incorporaram aos hábitos brasileiros, como as bacalhoadas e outros pratos baseados no bacalhau. Os portugueses introduziram muitas espécies novas de plantas na colônia, atualmente muito identificadas com o Brasil, como a jaca e a manga.

De maneira geral, a cultura portuguesa foi responsável pela introdução no Brasil colônia dos grandes movimentos artísticos europeus: renascimento, maneirismo, barroco, rococó e neoclassicismo. Assim, a literatura, pintura, escultura, música, arquitetura e artes decorativas no Brasil colônia denotam forte influência da arte portuguesa, por exemplo nos escritos do jesuíta luso-brasileiro Padre Antônio Vieira ou na decoração exuberante de talha dourada e pinturas de muitas igrejas coloniais. Essa influência seguiu após a Independência, tanto na arte popular como na arte erudita.

Os indígenas

A colonização do território brasileiro pelos portugueses representou em grande parte a destruição física dos indígenas através de guerras e escravidão, tendo sobrevivido apenas uma pequena parte das nações indígenas originais. A cultura indígena foi também parcialmente eliminada pela ação da catequese e intensa miscigenação com outras etnias. Atualmente, apenas algumas poucas nações indígenas ainda existem e conseguem manter parte da sua cultura original.

Apesar disso, a cultura e os conhecimentos dos indígenas sobre a terra foram determinantes durante a colonização, influenciando a língua, a culinária, o folclore e o uso de objetos caseiros diversos como a rede de descanso. Um dos aspectos mais notáveis da influência indígena foi a chamada língua geral (Língua geral paulista, Nheengatu), uma língua derivada do tupi-guarani com termos da língua portuguesa que serviu de língua franca no interior do Brasil até meados do século XVIII, principalmente nas regiões de influência paulista e na região amazônica. O português brasileiro guarda, de fato, inúmeros termos de origem indígena, especialmente derivados do Tupi-Guarani. De maneira geral, nomes de origem indígena são frequentes na designação de animais e plantas nativos (jaguar, capivara, ipê, jacarandá, etc), além de serem muito frequentes na toponímia por todo o território.

A influência indígena é também forte no folclore do interior brasileiro, povoado de seres fantásticos como o curupira, o saci-pererê, o boitatá e iara, entre outros. Na culinária brasileira, a mandioca, a erva-mate, o açaí, a jabuticaba, inúmeros pescados e outros frutos da terra, além de pratos como os pirões, entraram na alimentação brasileira por influência da culinária indígena no Brasil. Essa influência se faz mais forte em certas regiões do país, em que esses grupos conseguiram se manter mais distantes da ação colonizadora, principalmente em porções da Região Norte do Brasil.

Os africanos

Em Pernambuco surgiram o primeiro folguedo e o primeiro ritmo afro-brasileiros: a Congada e o Maracatu. Na foto, cortejo de Maracatu Nação no Recife.

A cultura africana chegou ao Brasil com os povos escravizados trazidos da África durante o longo período em que durou o tráfico negreirotransatlântico. A diversidade cultural da África refletiu-se na diversidade dos escravos, pertencentes a diversas etnias que falavam idiomas diferentes e trouxeram tradições distintas. Os africanos trazidos ao Brasil incluíram bantos, nagôs e jejes, cujas crenças religiosas deram origem às religiões afro-brasileiras, e os hauçás e malês, de religião islâmica e alfabetizados em árabe. Assim como a indígena, a cultura africana foi

geralmente suprimida pelos colonizadores. Na colônia, os escravos aprendiam o português, eram batizados com nomes portugueses e obrigados a se converter ao catolicismo.

Os africanos contribuíram para a cultura brasileira em uma enormidade de aspectos: dança, música, religião, culinária e idioma. Essa influência se faz notar em grande parte do país; em certos estados como Bahia, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul a cultura afro-brasileira é particularmente destacada em virtude da migração dos escravos.

Os bantos, nagôs e jejes no Brasil colonial criaram o candomblé, religião afro-brasileira baseada no culto aos orixás praticada atualmente em todo o território. Largamente distribuída também é a umbanda, uma religião sincrética que mistura elementos africanos com o catolicismo e o espiritismo, incluindo a associação de santos católicos com os orixás.

A influência da cultura africana é também evidente na culinária regional, especialmente na Bahia, onde é comum o uso do azeite de dendê. Este azeite é utilizado em vários pratos de origem africana como o vatapá, o caruru e o acarajé. Especula-se que o dendezeiro tenha chegado às terras brasileiras junto com os primeiros cativos africanos à Capitania de Pernambuco de Duarte Coelho, entre 1539 e 1542, trazido pelos feitores de escravos.

Na música a cultura africana contribuiu com os ritmos que são a base de boa parte da música popular brasileira. Gêneros musicais africanos como o lundu terminaram dando origem à base rítmica do maxixe, samba, choro, bossa-nova e outros gêneros atuais. Também há alguns instrumentos musicais originários da África muito utilizados no Brasil, como o berimbau, o afoxé e o agogô. O berimbau é usado para criar o ritmo que acompanha os passos da capoeira, mistura de dança e arte marcial criada pelos escravos no Brasil Colônia.

Outros imigrantes

A maior parte da população brasileira no século XIX era composta por negros e mestiços. Para povoar o território, suprir o fim da mão-de-obra escrava mas também para "branquear" a população e cultura brasileiras, foi incentivada a imigração da Europa para o Brasil durante os séculos XIX e XX. Dentre os diversos grupos de imigrantes que aportaram no Brasil, foram os italianos que chegaram em maior número, quando considerada a faixa de tempo entre 1870 e 1950. Eles se espalharam desde o sul de Minas Gerais até o Rio Grande do Sul, sendo a maior parte na região de São Paulo. A estes se seguiram os portugueses, com quase o mesmo número que os italianos. Destacaram-se também os alemães, que chegaram em um fluxo contínuo

desde 1824. Esses se fixaram primariamente na Região Sul do Brasil, onde diversas regiões herdaram influências germânicas desses colonos.

Os imigrantes que se fixaram na zona rural do Brasil meridional, vivendo em pequenas propriedades familiares (sobretudo alemães e italianos), conseguiram manter seus costumes do país de origem, criando no Brasil uma cópia das terras que deixaram na Europa. Alguns povoados fundados por colonos europeus mantiveram a língua dos seus antepassados durante muito tempo. Em contrapartida, os imigrantes que se fixaram nas grandes fazendas e nos centros urbanos do Sudeste (portugueses, italianos, espanhóis e árabes), rapidamente se integraram na sociedade brasileira, perdendo muitos aspectos da herança cultural do país de origem. A contribuição asiática veio com a imigração japonesa, porém de forma mais limitada.

De maneira geral, as vagas de imigração europeia e de outras regiões do mundo influenciaram todos os aspectos da cultura brasileira. Na culinária, por exemplo, foi notável a influência italiana, que transformou os pratos de massas e a pizza em comida popular em quase todo o Brasil. Também houve influência na língua portuguesa em certas regiões, especialmente no sul do território. Nas artes eruditas a influência europeia imigrante foi fundamental, através da chegada de imigrantes capacitados em seus países de origem na pintura, arquitetura e outras artes.

Aspectos

Arquitetura e patrimônio histórico

Obra de Mestre Ataíde na abóbada da Igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto, símbolo do Barroco brasileiro.

O interesse oficial pela preservação do patrimônio histórico e artístico no Brasil começou com a instituição em 1934 da Inspetoria de Monumentos Nacionais. O órgão foi sucedido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e hoje o setor é administrado nacionalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que já possui mais de 20 mil edifícios tombados, 83 sítios e conjuntos urbanos, 12.517 sítios arqueológicos cadastrados, mais de um milhão de objetos arrolados, incluindo o acervo museológico, cerca de 250 mil volumes bibliográficos e vasta documentação arquivística. Tradições imateriais como o samba de roda do Recôncavo baiano, a arte gráfica e pintura corporal dos índios Wajapi do Amapá e o frevo de Pernambuco também já foram reconhecidas como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. Também os estados e alguns municípios já possuem instâncias próprias de preservação e o interesse nesta área tem crescido nos últimos anos.

Mesmo com a intensa atividade dos órgãos oficiais, o patrimônio nacional ainda sofre frequente depredação e tem sua proteção e sustentabilidade limitadas pela escassez de verbas e pela falta de consciência da população para com a riqueza de sua herança cultural e artística e para com a necessidade de um compartilhamento de responsabilidades para sua salvaguarda efetiva a longo prazo.

Parque Nacional Serra da Capivara

O patrimônio histórico brasileiro é um dos mais antigos da América, sendo especialmente rico em relíquias de arte e arquitetura barrocas, concentradas sobretudo no estado de Minas Gerais (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, São João del-Rei, Sabará, Congonhas) e em centros históricos de Recife, São Luis, Salvador, Olinda, Santos, Paraty, Goiana, Pirenópolis, Goiás, entre outras cidades. Também possui nas grandes capitais numerosos e importantes edifícios de arquitetura eclética, da transição entre os séculos XIX e XX.

A partir de meados do século XX a construção de uma série de obras modernistas, criadas por um grupo liderado por Gregori Warchavchik, Lucio Costa e sobretudo Oscar Niemeyer, projetou a arquitetura brasileira internacionalmente. O movimento moderno culminou na realização de Brasília, o único conjunto urbanístico moderno do mundo reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade.

Também há diversidade em sítios arqueológicos, como o encontrado no sul do estado do Piauí: serra da Capivara. Os problemas enfrentados pela maioria dos sítios arqueológicos brasileiros não afetam os mais de 600 sítios que estão no Parque Nacional da Serra da Capivara, no Piauí. Localizado em uma área de 130 mil hectares o Parque Nacional da Serra da Capivara é um exemplo de conservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 1991, foi consagrado patrimônio mundial pela Unesco.

A serra da Capivara é uma das áreas mais protegidas do Brasil, pois está sob a guarda do Iphan, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundahm e do Ibama local, que tem poder de polícia. Nesta mesma área se localiza o Museu do Homem Americano, onde se encontra o mais velho crânio humano encontrado na América.

Culinária

A culinária brasileira é fruto de uma mistura de ingredientes europeus, indígenas e africanos. A refeição básica do brasileiro médio consiste em arroz, feijão e carne. O prato internacionalmente mais representativo do país é a feijoada. Os hábitos alimentares variam de região para região. No Nordeste há grande influência africana na culinária, com destaque para o acarajé, vatapá e molho de pimenta. No Norte há a influência indígena, no uso da mandioca e de peixes de água doce. No Sudeste há pratos diversos como o feijão tropeiro e angu, em Minas Gerais, e a pizza em São Paulo. No Sul do país há forte influência da culinária italiana, em pratos como a polenta, e também da culinária alemã. O churrasco é típico do Rio Grande do Sul, que também é uma característica muito forte na cultura brasileira. O Brasil não possui carnes de qualidade tão elevada como a da Argentina e Uruguai que se destaca nessa área pelo seu terreno geográfico. No entanto, o brasileiro é um amante do bom churrasco acompanhado de bebidas como a cerveja, chopp, e caipirinha deixando o vinho para outras ocasiões.

Literatura

O primeiro documento a se considerar literário na história brasileira é a carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei Manuel I de Portugal, em que o Brasil é descrito, em 1500. Nos próximos dois séculos, a literatura brasileira ficou resumida a descrições de viajantes e a textos religiosos. O barroco desenvolveu-se no Nordeste nos séculos XVI e XVII e o arcadismo se expandiu no século XVIII na região das Minas Gerais.

Aproximadamente em 1836, o Romantismo afetou a Literatura Brasileira e nesse período, pela primeira vez, a literatura nacional tomou formas próprias, adquirindo características diferentes da literatura europeia. O Romantismo brasileiro (possuindo uma temática indianista), teve como seu maior nome José de Alencar e exaltava as belezas naturais do Brasil e os indígenas brasileiros.

Após o Romantismo, o Realismo expandiu-se no país, principalmente pelas obras de Machado de Assis (fundador da Academia Brasileira de Letras). Entre 1895 e 1922, não houve estilos literários uniformes no Brasil, seguindo uma inércia mundial. A Semana de Arte Moderna de 1922 abriu novos caminhos para a literatura do país. Surgiram nomes como Oswald de Andrade e Jorge Amado. O século XX também assistiu ao surgimento de nomes como Guimarães Rosa e Clarice Lispector, os chamados "romancistas instrumentalistas", elencados entre os maiores escritores brasileiros de todos os tempos.

Atualmente, o escritor Paulo Coelho (membro da Academia Brasileira de Letras) é o escritor brasileiro mais conhecido, alcançando a liderança de vendas no país e recordes pelo mundo. Apesar de seu sucesso comercial,

críticos diversos consideram que produz uma literatura meramente comercial e de fácil digestão, e chegam a apontar diversos erros de português em suas obras, principalmente em seus primeiros livros.

Outros autores contemporâneos são bem mais considerados pela crítica e possuem também sucesso comercial, como Nelson Rodrigues, Ignácio de Loyola Brandão, Rubem Fonseca, Luís Fernando Veríssimo e outros.

Ciência e tecnologia

Leopoldo Nachbin, um dos maiores matemáticos do Brasil.

Inventores brasileiros famosos incluem Santos Dumont, inventor do avião, e Francisco João de Azevedo, inventor da máquina de escrever.

Dentre os proeminentes cientistas brasileiros, pode-se citar: Carlos Chagas, Osvaldo Cruz, Mário Schenberg, importante físico teórico na área de astrofísica, César Lattes, um dos descobridores do méson pi, José Leite Lopes, responsável pela primeira predição da existência de um bóson vetorial neutro (bóson Z), e Jairton Dupont, um dos mais renomados químicos da atualidade.

Na matemática, Leopoldo Nachbin, avançou diversos campos, tais como topologia, análise funcional, análise complexa e holomorfia, Newton da Costa realizou estudos importantes em lógica e filosofia, e atualmente o IMPA é uma das instituições matemáticas mais respeitadas mundialmente, principalmente em teoria dos sistemas dinâmicos, contando com os matemáticos Jacob Palis (ganhador do prêmio Balzan), Wellington de Melo, Marcelo Viana e Artur Ávila (ganhador da medalha Fields) –autores de diversos trabalhos importantes nesse campo–, e em geometria diferencial, com os matemáticos Manfredo do Carmo, Celso José da Costa e Fernando Codá Marques.

Artes visuais

"A descoberta da terra" (1941), pintura mural de Portinari no edifício da Biblioteca do Congresso, Washington, DC.

O Brasil tem uma grande herança no campo das artes visuais. Na pintura, desde o barroco se desenvolveu uma riquíssima tradição de decoração de igrejas que deixou exemplos na maior parte dos templos coloniais, com

destaque para os localizados nos centros da Bahia, Pernambuco e sobretudo em Minas Gerais, onde a atuação de Mestre Ataíde foi um dos marcos deste período. No século XIX, com a fundação da Escola de Belas Artes, criou-se um núcleo acadêmico de pintura que formaria gerações de notáveis artistas, que se encontram até hoje entre os melhores da história do Brasil, como Victor Meirelles, Pedro Alexandrino, Pedro Américo, Rodolfo Amoedo e legião de outros. Com o advento do Modernismo no início do século XX, o Brasil acompanhou o movimento internacional de renovação das artes plásticas e criadores como Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Vicente do Rego Monteiro, Guignard, Di Cavalcanti e Portinari determinaram os novos rumos da pintura nacional, que até os dias de hoje não cessou de se desenvolver e formar grandes mestres.

No campo da escultura, igualmente o barroco foi o momento fundador, deixando uma imensa produção de trabalhos de talha dourada nas igrejas e estatuária sacra, cujo coroamento é o ciclo de esculturas das Estações da Via Sacra e dos 12 profetas no Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, obra de Aleijadinho. Experimentando um período de retraimento na primeira metade do século XIX, a escultura nacional só voltaria a brilhar nas últimas décadas do século, em torno da Academia Imperial de Belas Artes e através da atuação de Rodolfo Bernardelli. Desde lá o gênero vem florescendo sem mais interrupções pela mão de mestres do quilate de Victor Brecheret, um dos precursores da arte moderna brasileira, e depois dele Alfredo Ceschiatti, Bruno Giorgi, Franz Weissmann, Frans Krajcberg, Amilcar de Castro e uma série de outros, que têm levado a produção brasileira aos fóruns internacionais da arte.

Da metade do século XX em diante outras modalidades de artes visuais têm merecido a atenção dos artistas brasileiros, e nota-se um rápido e grande desenvolvimento na gravura, no desenho, na cerâmica artística, e nos processos mistos como instalações e performances, com resultados que se equiparam à melhor produção internacional.

Música

A música do Brasil se formou, principalmente, a partir da fusão de elementos europeus e africanos, trazidos respectivamente por colonizadores portugueses e escravos.

Até o século XIX Portugal foi a porta de entrada para a maior parte das influências que construíram a música brasileira, clássica e popular, introduzindo a maioria do instrumental, o sistema harmônico, a literatura musical e boa parcela das formas musicais cultivadas no país ao longo dos séculos, ainda

que diversos destes elementos não fosse de origem portuguesa, mas genericamente europeia. O primeiro grande compositor brasileiro foi José Maurício Nunes Garcia, autor de peças sacras com notável influência do classicismo vienense. A maior contribuição do elemento africano foi a diversidade rítmica e algumas danças e instrumentos, que tiveram um papel maior no desenvolvimento da música popular e folclórica, florescendo especialmente a partir do século XX. O indígena praticamente não deixou traços seus na corrente principal, salvo em alguns gêneros do folclore, sendo em sua maioria um participante passivo nas imposições da cultura colonizadora.

Ao longo do tempo e com o crescente intercâmbio cultural com outros países além da metrópole portuguesa, elementos musicais típicos de outros países se tornariam importantes, como foi o caso da voga operística italiana e francesa e das danças como a zarzuela, o bolero e habanera de origem espanhola, e as valses e polcas germânicas, muito populares entre os séculos XVIII e XIX, e o jazz norte-americano no século XX, que encontraram todos um fértil terreno no Brasil para enraizamento e transformação.

Com grande participação negra, a música popular desde fins do século XVIII começou a dar sinais de formação de uma sonoridade characteristicamente brasileira. Na música clássica, contudo, aquela diversidade de elementos se apresentou até tarde numa feição bastante indiferenciada, acompanhando de perto - dentro das possibilidades técnicas locais, bastante modestas se comparadas com os grandes centros europeus ou como os do México e do Peru - o que acontecia na Europa e em grau menor na América espanhola em cada período, e um caráter especificamente brasileiro na produção nacional só se tornaria nítido após a grande síntese realizada por Villa Lobos, já em meados do século XX.

Espортes

O futebol é o esporte mais popular no Brasil. A Seleção Brasileira de Futebol foi cinco vezes vitoriosa na Copa do Mundo FIFA, em 1958, 1962, 1970, 1994 e 2002. Basquetebol, futsal, voleibol, automobilism o e as artes marciais também têm grande popularidade no país. Embora não sejam tão praticados e acompanhados como os esportes citados anteriormente, tênis, handebol, natação e ginástica têm encontrado muitos seguidores brasileiros ao longo das últimas décadas. Alguns esportes têm suas origens no Brasil: futebol de praia, futsal (versão oficial do futebol indoor), footsack, futetênis e futevôlei emergiram de variações do futebol. Outros esportes criados no país são a peteca, o acuaride, o frescobol o sandboard, e o biribol. Nas artes marciais, os brasileiros têm desenvolvido a capoeira, vale-tudo, e o jiu-jitsu brasileiro.] No

automobilismo, pilotos brasileiros ganharam o campeonato mundial de Fórmula 1 oito vezes: Emerson Fittipaldi, em 1972 e 1974; Nelson Piquet, em 1981, 1983 e 1987; e Ayrton Senna, em 1988, 1990 e 1991.

O Brasil já organizou eventos esportivos de grande escala: o país organizou e sediou a Copa do Mundo FIFA de 1950 e foi escolhido para sediar a Copa do Mundo FIFA de 2014. O circuito localizado em São Paulo, Autódromo José Carlos Pace, organiza anualmente o Grande Prêmio do Brasil. São Paulo organizou os Jogos Pan-americanos de 1963 e o Rio de Janeiro organizou os Jogos Pan-americanos de 2007. Além disso, o país sediou os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, que foram realizados na cidade do Rio de Janeiro.

Religião

O Brasil é um país religiosamente diverso, com tendência de tolerância e mobilidade entre as religiões. A população brasileira é majoritariamente cristã (89%), sendo sua maior parte católica. Herança da colonização portuguesa, o catolicismo foi a religião oficial do Estado até a Constituição Republicana de 1891, que instituiu o Estado laico.

A mão de obra escrava, vinda principalmente da África, trouxe suas próprias práticas religiosas, que sobreviveram à opressão dos colonizadores, dando origem às religiões afro-brasileiras.

Na segunda metade do século XIX, começa a ser divulgado o espiritismo no Brasil, que hoje é o país com maior número de espíritas no mundo. Nas últimas décadas, as religiões protestantes têm crescido rapidamente em número de adeptos, alcançando atualmente uma parcela significativa da população. Do mesmo modo, aumenta o percentual daqueles que declaram não ter religião, grupo superado em número apenas pelos católicos nominais e evangélicos.

Muitos praticantes das religiões afro-brasileiras, assim como alguns simpatizantes do espiritismo, também se denominam "católicos", e seguem alguns ritos da Igreja Católica. Esse tipo de tolerância com o sincretismo é um traço histórico peculiar da religiosidade no país.

Seguem as descrições das principais correntes religiosas brasileiras, ordenadas pela porcentagem de integrantes de acordo com o recenseamento demográfico do IBGE em 2000.

Folclore

O folclore é uma das principais manifestações culturais brasileiras, pode ser definido como conjunto de mitos e lendas criados por pessoas espalhadas por todo o Brasil sendo passada de geração em geração até os dias de hoje. Sendo uma das principais manifestações culturais o folclore representa uma identidade social em que através da cultura e atividades feitas em grupo se torna um bem mais que precioso para o nosso país. Com misturas e contribuições de vários países, o folclore se torna rico e cada vez mais admirado e diversificado, contribuindo e muito não somente para enriquecer e divulgar as manifestações culturais, mas também é muito importante para a economia do país gerando muitos empregos. Falar de folclore nos remete aos contos como o do Boitatá Boto Cor-de-rosa, Curupira, Lobisomem, Mula-Sem-Cabeça, Saci Pererê entre outros que são orgulho por serem principais manifestações culturais brasileiras.

O folclore brasileiro é um conjunto de mitos, lendas, usos e costumes transmitidos em geral oralmente através das gerações com a finalidade de ensinar algo, ou meramente nascido da imaginação do povo. Por ser o Brasil um país de dimensões continentais, possui um folclore bastante rico e diversificado e suas histórias enaltecem o conhecimento popular e encantam os que as escutam.

Podemos dizer que a cultura brasileira é consequência da mistura de variados grupos étnicos que contribuíram para que a população do Brasil fosse formada. Além disso, a cultura brasileira e toda a sua diversidade é consequência das características e da grande extensão do território em cada região do nosso país.

A formação da cultura brasileira

Apesar do Brasil ter recebido influência de diversos imigrantes, foi dos portugueses que herdamos grande parte de nossa cultura, já que a história dos imigrantes de Portugal acaba se confundindo com a nossa própria história. Isso porque, foram eles que colonizaram o território brasileiro, e por isso, os grandes responsáveis pelo processo inicial de formação da nossa população, através da miscigenação de negros africanos e de índios, que aconteceu principalmente do ano de 1500 a 1808. Em suma, isso aconteceu porque durante esses três séculos, a entrada dos europeus era liberada.

Tempos depois, os poloneses, os japoneses, os árabes, os italianos e os alemães também acabaram contribuindo para a disseminação da pluralidade cultural brasileira.

A região Nordeste do Brasil, apresenta diversas festas típicas e também manifestações no campo cultural. Entre elas, destacam-se o carnaval, a marujada, a cavalhada, a festa do bumba meu boi, os caboclinhos, a ciranda, o reisado, a capoeira, o frevo, o maracatu, a ciranda, o terno de zabumba e o coco. Na religião, destacam-se o ritual de lavagem das escadarias do Bonfim e a Festa de Iemanjá. No artesanato, destacam-se os trabalhos feitos com renda. A carne de sol, a broa de milho verde, o pé de moleque, a canjica, os peixes, a buchada de bode, a cocada, a pamonha, a tapioca, os frutos do mar, o cururu, o arroz doce, o bolo de massa de mandioca, o acarajé, o sarapatel, a canjica, o vatapá, o bolo de fubá cozido e o feijão verde.

No norte do Brasil, a quantidade e eventos que existem no ramo cultural é enorme. Duas das festas mais conhecidas são o Festival de Parintins, também conhecida como festa de boi bumbá, que acontece no Amazonas, no mês de junho, e a Festa do Círio de Nazaré, que acontece em Belém, no estado do Pará. A Folia de reis, o carimbo, a festa do divino, o congo e a congada, também são caracterizados como sendo outros elementos da cultura dessa região.

No quesito culinária, é forte a influência dos povos indígenas, que tem como base o uso de peixes e de mandioca. O camarão seco, a carne de sol, a pimenta de cheiro, o jambu (uma espécie de erva), a tacacá (um tipo quente de sopa feita com tucupi) e tucupi (um caldo da mandioca cozida) são outros alimentos bem típicos do Norte.

Na região Centro-Oeste do Brasil, a cultura também é bem diversificada, já que recebeu influência dos paulistas, dos bolivianos, dos indígenas, dos mineiros e dos paraguaios. Nas festas típicas, podemos destacar o cururu, que acontece em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso, o fogaréu e a cavalhada, que acontece no estado de Goiás. No campo da culinária dessa região, fazem parte dos pratos típicos o arroz carreteiro, o empadão goiano, o cural, o arroz boliviano, o arroz com pequi, a maria isabel, a sopa paraguaia, o angu, a pamonha e os peixes do Pantanal, como o pacu, o pintado, o dourados e tantos outros.

Na região Sudeste, se destacam na cultura as congadas, o samba de lenço, o caiapó, a festa do peão de boiadeiro, a festa do divino, a festa dos santos padroeiros, a festa do bumba meu boi, a festa de Iemanjá, o carnaval, os festejos da época de Páscoa, as cavalhadas, o batuque, a dança de velhos e também a folia de reis. Nesta região brasileira, a culinária tem forte influência dos índios, dos imigrantes da Ásia e da Europa e dos escravos. Além disso, ela é conhecida por ser bem diversificada, onde nos pratos típicos podemos destacar o pão de queijo, o cuscuz paulista, a pizza, a feijoada, a moqueca

capixtaba, a carne de porco, o bolinho de bacalhau, o virado à paulista, a farofa, o feijão tropeiro, o aipim frito, etc.

A região Sul do Brasil apresenta aspectos da cultura dos imigrantes espanhóis, portugueses e principalmente, os italianos e os alemães. As festas mais conhecidas são a Oktoberfest, realizada em Blumenau, tipicamente alemã, e a Festa da Uva, tipicamente italiana. Além disso, são conhecidas as festas: de Nossa Senhora dos Navegantes, a dança de fitas, a congada, o boi na vara, o boi de mamão, o anuo e a tirana, com origem da Espanha, e o fandango de origem portuguesa. Na culinária o destaque fica à conta do chimarrão, do marreco assado, do vinho, do camarão, do churrasco, do pirão de peixe e do barreado (um tipo de carne cozida em panela de barro).

Museus

Os museus são compreendidos como espaços educacionalmente relevantes para a formação científica e cultural ao longo da vida. Movidos por mudanças que, ao longo do século XX, deslocaram o eixo de atenção dessas instituições dos acervos para os visitantes, os museus na atualidade se defrontam com a necessidade de uma atuação mais dialógica e democrática com seus públicos. Essa modificação aponta para uma das principais especificidades da educação em museus o foco na compreensão das características dos visitantes como fator fundamental para o estabelecimento de um diálogo educacionalmente significativo. Para isso, os museus buscam estabelecer seus discursos expositivos e de ação educativa a partir da realização de investigações que possibilitem a compreensão das representações e conceitos trazidos pelo público.

Agendamento, escala de educadores, prestação de informações básicas sobre o funcionamento da instituição de forma ágil e confiável, coleta de dados de perfil de público e relacionamento pós-visita, entre outras práticas necessárias para uma experiência museal significativa, são ações importantes que devem ser estabelecidas de forma sistemática pelas instituições museais na busca da melhoria do relacionamento com seus visitantes. Os setores educativos das instituições são, na maior parte das vezes, os responsáveis por essas ações. Nesse sentido, é fundamental que a estrutura – física, de pessoal e financeira – desses setores seja uma prioridade institucional.

Cultura urbana

“Espaço de convergência de diversidades, de criatividade à flor da pele, de transformações contínuas, de sentimentos e manifestações os mais variados. A cidade, por muitos tratada e vivenciada como problema, é um manancial de possibilidades. Desde, claro, que quem a ocupa participe e colabore com processos de reinvenção.”

Temos visto muitas ações que buscam a inovação na relação com as cidades, uma nova cultura, especialmente com uma participação bastante ativa da sociedade civil em ações de transformação dos espaços públicos. Para Cainha, isso toma mais corpo na última década, graças a uma confluência de fatores, dentre eles: a vinda de gerações que, nascidas no meio digital, têm mais desenvoltura em se expressar, aglutinar pensamentos e acreditar nas possibilidades de mudança; o impacto das tecnologias digitais na criação de plataformas com alguma missão cidadã, como a difusão de informações, o estímulo à expressão do cidadão etc.; a maior exposição a casos concretos de transformação urbana, dando uma nova injeção de alento e incentivo à atitude; e a percepção de que se não convertermos a indignação com atos como a apropriação privada de espaço público, o desrespeito à opinião do cidadão, o extermínio massivo de árvores e áreas verdes etc., em algo mais propositivo, nada mudará.

O Gestor Cultural (gestão artística) é o campo que diz respeito a operações de negócios em torno de da organização das artes. O gestor cultural é responsável por facilitar as operações do dia a dia da organização, e cumprimento de sua missão.

Organizações artísticas incluem profissionais, entidades sem fins lucrativos (por exemplo, teatros, museus, sinfonias, organizações de jazz, casas de ópera e companhias de balé), e muitos pequenos profissionais e amadores para organizações sem fins lucrativos ligados às artes, (por exemplo, casas de leilões, galerias de arte, música empresas, etc.).

As funções do gestor cultural podem incluir a gestão de pessoal, marketing, gestão de orçamento, relações públicas, captação de recursos, desenvolvimento e avaliação do programa, e as relações de financeiras.

Os Gestores Culturais (ou como também são chamados, gerentes de artes) trabalham para as artes e organizações culturais, como “teatros, sinfonias galerias de arte, museus, festivais de arte, centros de artes, conselhos de arte, quadros de artes regionais, dança para empresas, organizações de artes da comunidade, artes para deficientes organizações e autoridades locais”.

Um Gestor Cultural em uma pequena organização pode fazer o marketing, a reserva de eventos e lidar com questões financeiras.

Já em organizações de artes maiores podem ser responsáveis por construções e instalações, pessoal criativo (por exemplo, intérpretes / artistas), outro pessoal administrativo, relações públicas, marketing e elaboração de relatórios.

Um Gestor Cultural de nível sênior de artes pode aconselhar o Conselho de Administração ou outros gerentes seniores em “decisões de planejamento e gestão estratégica”.

“Um administrador de artes eficaz também deve ser engajado em políticas públicas no ambiente estadual e federal no que se refere aos recursos humanos, seguro de saúde, leis trabalhistas e de gestão de risco voluntário”.

Como qualquer empresa, as organizações de artes devem trabalhar dentro da mudança de ambientes externos e internos. As mudanças externas podem ser culturais, sociais, demográficas, econômica, políticas, jurídicas ou tecnológicas. As alterações internas podem estar relacionadas com o público, a adesão, o Conselho de Administração, de pessoal, instalações, crescimento, ou operações financeiras.

Outra mudança que deve ser levada em consideração é a necessidade crescente de programas baseados em tecnologia de marketing (ou seja: mídia social) para que a organização mude com os tempos e traga mais jovens visitantes e membros para organização.

Embora um Gestor Cultural de artes constantemente monitore e gerêncie e a mudança, ele também deve estar consciente da direção geral da organização, enquanto ajuda as pessoas a fazerem o seu trabalho do dia a dia.

As organizações assim como as Artes, fazendo parte do sistema econômico, experimentam os efeitos de expansão e contração nas economias mundiais locais, regionais, nacionais.

Muitas organizações de artes lutam em tempos econômicos difíceis. Existem programas de assistência especificamente para as artes e organizações culturais, que são projetados para fornecer assistência em planejamento e consultoria para organizações de artes.

Essas são algumas das funções de um gestor cultural, é claro que por detrás disso há muito mais trabalho e imprevistos que não podemos mencionar nesse

texto. Só um gestor cultural sabe o que o espera dia pós dia para promover a cultura e obter sucesso em suas decisões

Produção Artística

Refere-se aos processos de criação propriamente ditos, realizados por artistas ou grupos de artistas. As criações irão explorar conceitos e procedimentos interativos e utilizar os sistemas criados pelos membros do grupo. Essa produção deve abranger dois pólos principais:

1. Improvisação: ligada à exploração de processos livres de interação em que a realização musical ocorre por meio de processos abertos e que envolvem a tomada de decisão dos músicos em função de uma cadeia de eventos.
2. Interação Homem-Máquina: envolvendo o estudo e desenvolvimento de processos de interação entre artistas e dispositivos tecnológicos.

Tanto o desenvolvimento de sistemas interativos quanto os trabalhos de caráter reflexivo a serem realizados neste projeto deverão buscar conexão com a criação de produtos artísticos correlacionados. Essa integração entre investigação e criação é uma das preocupações centrais deste projeto. Três aspectos serão particularmente explorados:

1. estratégias de improvisação: formadas a partir de trabalhos já realizados por integrantes do grupo como o professor Rogério Costa (Projeto Fapesp Proc. 11/07678-7 "A improvisação musical e suas conexões" e Projeto Fapesp Proc. 07/57118-2 "Investigação sobre o ambiente da livre improvisação musical: fundamentos para uma máquina de performance").
2. sensoreamento e captura de informação: explora a captura de movimentos e extração de informação do ambiente; uso de sensores conectados a interfaces criadas com o módulo Arduino e criação de funções de captura de movimentos (motion capture) em tempo real com câmeras de vídeo. O trabalho dá sequência a projetos anteriores coordenados pelo Prof. Fernando Iazzetta que tem trabalhado desde 1997 com esse tipo de abordagem.

3. multimídia: faz uso da formação multidisciplinar dos integrantes da equipe para a realização de projetos em que exista a confluência de diversas linguagens. Conta com a colaboração dos professores Gilberto Prado e Silvia Laurentiz que são especialistas nessa área.

Produção artística contemporânea

Falar de si implica se situar entre uma história já construída e outra a se construir, e todas as imagens, discursos, teorias, opiniões, enfim, todo o aparato simbólico à nossa disposição exprime jogos de força e relações de poder, já que cada estratégia discursiva e imagética funciona como dispositivo de legitimação e/ou questionamento da realidade subsistente. A continuidade ou alteração das práticas hegemônicas depende diretamente da conquista de terreno nesse duelo entre as formas de evidenciação discursiva.

Se Freud estava certo ao dizer da sexualidade como mola propulsora do psiquismo a partir de seus estratos inconscientes mais profundos – dos quais adviria uma energia psíquica que leva não apenas às nossas realizações culturais elevadas, mas também a toda uma gama de sintomas neuróticos –, logo a continuidade da polarização entre homem e mulher, como princípio exclusivo para o entendimento que cada indivíduo faz de seus desejos, significa uma canalização repressiva e violenta da individualidade como tal. Ela constitui uma das inúmeras estratégias de interiorização dos princípios abstratos e gerais garantidores da unidade do corpo social, mas não apenas isso, pois está em jogo a manutenção íntima e interna do princípio geral de identidade como baseado na exclusão das diferenças, da estigmatização do divergente como patológico, doentio, aberrante.

Nesse verdadeiro campo de batalha na formação das identidades individuais e coletivas, as imagens artísticas são um veículo privilegiado para a explicitação de certas práticas, assim como para sua crítica reflexiva. Elas podem colocar toda a sua excelência e poder representacional a serviço de uma idealização sublime do amor heterossexual ou, no polo oposto, tomar a multiplicidade, a ambivalência e os conflitos sexuais como componentes de um discurso imagético, ele mesmo nutrido de tais características. Desde as vanguardas do final do século 19, a arte manifestou cada vez mais interesse por essa segunda vertente, renunciando a princípios figurativos e de unificação em prol de representações parciais, feias, cacofônicas, por vezes absurdas, com sentido incerto e fragmentário.

Não se trata de dizer que a arte moderna e contemporânea consistam em pura

negatividade, transgressão e nonsense. O que está em jogo é a crítica de qualquer sentido preestabelecido, definindo nossa busca por ele como essencialmente inacabada e processual, como tarefa de colocação de nossas identidades em novas perspectivas. Em vez de legitimar esta ou aquela prática, o conjunto das obras artísticas quer colocar em xeque o princípio de legitimação como tal, não para anulá-lo, mas para fomentar o gosto da reflexão sobre todas as nossas tentativas de validar esta ou aquela identidade.

A arte moderna surgiu como movimento contestatório, como recusa de padrões figurativos e de unificação das obras. Tomados em seu conjunto, os movimentos artísticos do Cubismo, Surrealismo, Dadaísmo etc. estabeleceram não propriamente paradigmas específicos de como se deve fazer arte, mas sim princípios legitimadores da procura por novos campos, materiais, linguagens, sensibilidades. Ao introduzir um princípio de incerteza radical na prática artística, fazendo da ironia um motor de questionamento constante do que significa “arte”, mesmo que em um sentido bastante elementar, essa modernidade pôde facilmente ser assimilada sob o conceito de crise, como um beco sem saída, como um impasse constante.

Como Gerir

Saber gerenciar uma empresa, independentemente do porte, é fundamental para cultivar o desempenho competitivo, o desenvolvimento contínuo de colaboradores e continuar ativa no mercado de trabalho. Muitas vezes, pode parecer uma tarefa difícil, mas agindo com cautela e prestando atenção nos mínimos detalhes, é possível ter muito sucesso. Hoje eu vou falar um pouco sobre como gerir uma empresa de pequeno, médio e grande porte.

Coloque as ideias em prática

O conhecimento teórico é bom, mas colocar as ideias em prática é muito melhor. Pode parecer óbvio que para ter resultado é importante colocar a mão na massa, mas muitos empreendedores esquecem esse detalhe e acabam não executando nenhum tipo de atividade de melhoria.

Por isso, tire as ideias do papel, ouça os colaboradores e não tenha medo de trabalhar em conjunto, mesmo que não seja a sua área de domínio. Ter proatividade é o primeiro passo para gerir uma empresa.

Embora empresas de pequeno e médio porte sejam muito mais próximas de fornecedores, clientes e funcionários, as grandes empresas também precisam

estar atentas a tudo (ou quase tudo) o que acontece em relação à tomada de decisões. A partir do momento em que uma empresa possui setor financeiro (grande ou pequeno) é preciso ficar de olho: gere notas fiscais, tenha o controle de entrada e saída de gastos e invista em um sistema de gestão financeira. Isso não ajuda somente na administração, mas informa também o que pode ser economizado ou investido futuramente.

Os direitos humanos e a segurança pública

Direitos Humanos correspondem a liberdades e garantias as quais todos têm direito e que se fazem necessários para uma vida digna. São inerentes a todos os seres humanos, de forma a respeitar diferenças de crença, de raça, de cultura, de posição política e social. Por isso são ditos universais: não precisam ser conquistados, pois sua única condição é a de ser humano. São também inalienáveis e irrenunciáveis, por se tratar de direitos fundamentais que devem estar sempre à disposição de quem deles precisar. Outra característica importante é sua indivisibilidade, já que devem estar todos integrados, inter-relacionados. Essa integração se faz necessária uma vez que a efetivação de um desses direitos – os civis, por exemplo – depende da efetivação de outro – os sociais -, de maneira a gerar relação de interdependência.

Violência

Violência significa usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que resulte em acidente, morte ou trauma psicológico.

A violência se manifesta de diversas maneiras, em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, assassinato, fome, etc. Pode ser identificada como violência contra a mulher, a criança e o idoso, violência sexual, violência urbana, etc. Existe também a violência verbal, que causa danos morais, que muitas vezes são mais difíceis de esquecer do que os danos físicos.